



# Anais da Assembléia

70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO de 1987.

ANO XIII

1.<sup>a</sup> **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 58.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1987.**

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, e Valderi Mendes Vilela (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Gernote Kirinus, Pedro Tonelli e Werner Wanderer (03). Achando-se em licença a Senhora Deputada Irondi Pugliesi. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 035/87, anexado ao Projeto de Lei n. 209/86, que declara de Utilidade Pública, a AJEB - Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e outros, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo 4.<sup>o</sup>, do artigo 103, do regimento Interno, REQUEREM a inversão da Ordem do Dia, após ouvido o Plenário.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Dispensa da Redação Final, para o Projeto de Resolução n. 37/87.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) SABINO CAMPOS

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno da Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Projeto de Resolução n. 38/87, seja também relatado quanto o seu aspecto constitucional pela Comissão Geral da Assembléia em data de hoje.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEREMOS, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, o adiamento da Discussão e Votação para o Projeto de Lei n. 299/87 por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(aa) NILTON BARBOSA

EZEQUIAS LOSSO E

NELSON VASCONCELLOS

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, requerem à Mesa, ouvido o Plenário, que o requerimento de n. 001529, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, seja considerado insubsistente, em virtude de

ocorrência de lapso regimental na sua apreciação, de vez que a matéria em pauta tinha tido sua discussão solicitada e a Mesa considerou aprovada.

A justificativa que fundamenta esta solicitação, ademais, prende-se ao fato de que a iniciativa do nobre Deputado por Cascavel não decorre de prévia manifestação plebiscitária da população envolvida consoante princípio político assente, mas a um atropelamento dos fatos, revelando uma ânsia separatista que não pode ser conotada pela manifestação consciente do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(aa) CAÍTO QUINTANA

EDMAR LUIZ COSTA e

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Ramos da Costa Almeida, ocorrido ontem, nesta Capital.

REQUER, ainda, seja dado conhecimento desta manifestação da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Edmar Luiz Costa.

#### JUSTIFICATIVA:

Raimundo Ramos da Costa Almeida, que desaparece com a idade proecta de 94 anos, era natural do Estado do Pará, no Norte Brasileiro, descendendo dos colonizadores lusitanos que incorporaram aquela região amazônica ao território brasileiro. Em sua carreira de funcionário dos Correios e Telégrafos, veio para Curitiba há mais de cinquenta anos, aqui se radicando e criando uma prole de sete filhos, aos quais proporcionou educação exemplar, mesmo com sacrifícios sem conta, como se pode perceber se atentarmos para as condições da época.

Aposentando-se na carreira de servidor do Correios e Telégrafos, seu Raimundo Almeida transformou-se em tronco de uma prole ilustre, porque aos sete filhos vieram se somar os netos e bisnetos, que se incorporam à vida paranaense.

Entre seus filhos estão o médico e o professor Félix do Rego Almeida, renomado cultor da Medicina e que foi destacado nesta Casa com o título de Cidadão Benemérito do Paraná; os empresários Cecílio, Henrique e Carlos do Rego Almeida, de destaque nacional nos ramos da Construção e de obras da Engenharia pesada; além dos filhos José Maria, Luiz e Pedro. Seus netos e netas são também professores univer-

sitários, empresários e profissionais de sucesso.

Raimundo Almeida deixa viúva, a veneranda Senhora Cecília do Rego Almeida, também natural do Pará e hoje Curitibana querida, que o acompanhou em sua carreira exemplar de funcionário dos Correios e de chefe de família tutelar.

Para quantos como este Deputado privaram da sua generosa amizade, o passamento de Raimundo Almeida, o pioneiro da família Almeida, enlutou o coração dos paranaenses. Ao longo de muitos anos, aprendemos a recolher desse varão ilustre as mais profundas lições de sabedoria, amor ao trabalho e dedicação à comunidade, lições essas que aproveitaram não apenas aos seus esforços e estimados descendentes, mas a todos os seres humanos que o conheceram.

A Raimundo Ramos da Costa Almeida se aplica a lição do filósofo: "Felizes aqueles que, ao partirem, deixam o mundo um pouco melhor do que quando eles chegaram".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de pêsames à família do Senhor José Nóbile Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa-Paraná.

Da aprovação, REQUER, que se dê ciência à família enlutada, através da Câmara Municipal de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Na última segunda-feira, dia 15, um grave acidente registrado na altura do quilômetro 40 da PR-082, que liga Cianorte-Terra Boa, por volta de 15:00 horas, acabou por ceifar a vida do vereador e presidente da Câmara Municipal de Terra Boa, José Nóbile Sobrinho, de 54 anos, casado, que conduzia um veículo Saveiro, que chocou-se frontalmente contra um caminhão.

Este acontecimento deixou a cidade de Terra Boa e região chocadas, por se tratar de um vereador que era um morador pioneiro neste município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Ramos da Costa Almeida, ocorrido ontem nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com o falecimento do Senhor Raimundo Ramos da Costa Almeida, perde o Paraná um de seus mais respeitados chefes de tradicional família paranaense, cujo passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como em todo o grande círculo de amigos.

Deixou viúva a Senhora Cecília e os filhos José Maria, Luiz, Félix, Cecílio, Pedro, Henrique e Carlos.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem pelas realizações de grandes feitos e por características pessoais de bom relacionamento com a comunidade.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade. Qualquer dia a gente vai se encontrar.

Senhor Raimundo, a vida privou seus familiares de seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, e sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Almeida, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Eva Otto, ocorrido no último dia 19 na Cidade de Cruz Machado.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 87 anos, faleceu no último dia 19, na cidade de Cruz Machado a veneranda Senhora Eva Otto, viúva do pioneiro e desbravador de Cruz Machado, Senhor Constante Otto.

Deixou os seguintes filhos: Cecília, Edvirges, Lúcia, Dr. Constante Júnior, Dr. Mieczislaw Otto e Doutor Eduardo, além de 25 netos e 23 bisnetos.

O passamento da Senhora Eva, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos da região.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na

memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem pelas realizações de grandes feitos e por características pessoais de bom relacionamento com a comunidade.

Dona Eva, a vida privou seus familiares de seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, e sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva, que será acolhida e entrará para a vida eterna com Virgem Mãe de Deus.

A população de Cruz Machado, chora premida pela dor, e a Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Otto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Firma OMARK Industrial Ltda, pela inauguração da Fábrica TEKNA, fabricante de correntes para bicicletas, na Cidade Industrial de Curitiba.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a referida firma, bem como ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Fábrica TEKNA, na Cidade Industrial de Curitiba, reveste-se de importância das mais significativas para o Paraná, porque vem avalizar o grande potencial paranaense e reafirmar a certeza que os grupos industriais têm nos rumos do nosso Estado sob a condução do Governo peemedebista de Álvaro Dias. Da mesma forma estas considerações servem para o Prefeito Roberto Requião. No momento atual, quanto tanto se fala em crise, decisões como esta tomada pela TEKNA, integrante do Grupo OMARK Industrial, que já atua com outra divisão na CIC, nos estimulam ao trabalho e nos levam a uma profunda reflexão, deixando de lado o temor e o pessimismo que os derrotistas pregam, pois se os grandes empresários estão apostando no Paraná, mais razões temos nós - paranaenses - de também apostar e corresponder ao crédito que constantemente estamos recebendo.

Vale salientar, ainda, a importância econômico-social do início de atividades da nova empresa porque além de contribuir na produção industrial, inclusive com a promoção de economia de divisas através de importações que o País não precisará fazer, proporcionará absorção de mão-de-

-obra regional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações a Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Roberto Requião pela inauguração da duplicação da Avenida Manoel Ribas e "Via Vêneto", no Bairro de Santa Felicidade.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Governador Álvaro Dias, ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, Prefeito Roberto Requião, Deputado Maurício Fruet, Presidente do PMDB, e Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Dr. Heinz Georg Herwig, Secretário dos Transportes, Dr. Antônio José Ribas, Diretor do DER e ao Senhor Carlos Roberto Madalosso, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A inauguração da "Via Vêneto", nome que a própria comunidade escolheu para a nova avenida bem como do trecho duplicado da Avenida Manoel Ribas, foi um marcante acontecimento para Curitiba e em especial para o Bairro de Santa Felicidade, carinhosamente conhecido como "A Colônia", numa espontânea homenagem aos laboriosos imigrantes italianos.

Foi mais um momento de alegre e descontraído convívio da classe política e dos administradores públicos com o povo, que veio de todos os bairros para participar da festa. Para os governantes e para os políticos esses momentos são importantes e muito gratificantes e este, em particular, serviu também para evidenciar a importância da obra para a comunidade, que festivamente se reuniu para agradecer a melhoria, com a qual igualmente colaborou. Administrar é isso.

Desejo destacar ainda o que representou particularmente para o nosso partido (PMDB), o projeto de duplicação da Avenida Manoel Ribas e a abertura da Via Vêneto. Começou com a visão e sensibilidade administrativa do Prefeito Roberto Requião, e do ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, recebeu - como não poderia deixar de ser - o apoio do Governador Álvaro Dias, do Secretário de Transportes, Heinz Georg Herwig, bem como do Engenheiro Chefe do DER., Dr. Antônio José Correia Ribas, cujo ato de coroamento da obra, ou seja, sua inauguração, foi entregue à população de Curitiba e aos milhares de turistas que

visitaram Santa Felicidade, no dia de ontem.

A solenidade de inauguração, que foi também uma festa bem popular, ressaltou mais uma vez a harmonia entre todos os peemedebistas, representados pelas mais expressivas personalidades do nosso Partido, como o Governador Álvaro Dias (e Sra.), ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos (e Sra.), Prefeito Roberto Requião, ex-Prefeito e atual Presidente do PMDB paranaense, Deputado Maurício Fruet, Heinz Georg Herwig, Secretário dos Transportes, Antônio José Correia Ribas, Diretor do DER, além de Deputados Federais e Estaduais e Vereadores. Esta harmonia partidária é digna de menção porque é a partir do entendimento e da união de todos os peemedebistas que o Governo Estadual, o Poder Legislativo e a Administração Municipal podem realizar, sempre mais, as obras e melhorias que o nosso povo deseja; e com tais realizações não somente estaremos correspondendo aos anseios de todos os paranaenses, mas acima de tudo granjeando a simpatia, a credibilidade e o apoio popular. E é isso que faz um partido forte para o apoio a um governo também forte.

Sentimos, em Santa Felicidade, que o PMDB está unido, trabalhando em favor do nosso Paraná através dos nossos governantes e da classe política, e, - o que é muito importante - conquistando cada vez mais a confiança e o apoio da comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações às autoridades abaixo nominadas, pelo brilhante sucesso na realização da "1. festa do porco no rolete", em Sarandi.

1. Prefeito Municipal de Sarandi, Senhor Júlio Bifon.

2. Presidente do Rotary Clube Senhor Milton Martini.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações à Direção da Rádio Cultura de Maringá Ltda., pelo transcurso de seu 36.º Aniversário de Fundação.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de contar em sua Direção com homens como Samuel Silveira, Joaquim Dutra, Carlos Piovesan Filho e Reginaldo Nunes Ferreira, que, sabendo que o primeiro lugar nas pesquisas de opinião pública só

se conquista com seriedade, competência, talento e renovação, quando atingiram na pesquisa IBOPE - 46.54% de audiência. São 10.000 watts de potência a serviço de Maringá e de centenas de municípios do Paraná.

Despontando com coberturas atuantes nas áreas policial, esportiva, sertaneja e dando cobertura geral a todos os acontecimentos verificados na Região.

A Rádio Cultura de Maringá Ltda., sempre primou pela independência política e econômica, especializada na defesa do povo, atingindo todas as classes e em destaque as menos favorecidas, o que se tornou uma das mais ouvidas do Paraná.

Desta decisão, requeiro ainda, seja dado ciência aos Diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) JOSÉ ALVES.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUERIMENTO de voto de congratulações e apreço ao Dr. Francisco Brito de Lacerda pela prontidão com que se dispôs a resolver à questão dos desperdícios que estavam se verificando no Arquivo Público do Estado do Paraná, a partir de denúncia/solicitação deste Deputado de oposição, fazendo jus às tradições paranasistas de seu cargo, e ao bom nome de intelectual e paranaense preocupado com a memória e o futuro. Para tanto, adicione-se à transcrição deste voto nos Anais da presente sessão, cópia de seu ofício em resposta ao "pedido de informações" deste Deputado que, rejeitado em plenário, pela Bancada Majoritária, como "ofensa ao Governo", foi informalmente enviado ao diretor do Arquivo e dele mereceu lúcida solução.

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, tendo presente a idéia de que o desarmamento dos espíritos, e a busca incansável da idéia de tomarmos o "partido do Paraná" devem mover as relações entre este Legislativo e as autoridades do Executivo, solicita seja inserido nos anais da presente sessão voto de congratulações e apreço ao jornalista Francisco Brito de Lacerda, advogado e doutor, diretor do Arquivo Público do Estado instituição existente desde 1855, fruto da Lei n. 33 da província do Paraná, bem como a transcrição de carta do mesmo Diretor enviada a este Deputado em resposta a "pedido de informações" onde indagávamos sobre os gastos inúteis com "GRs", cada vez que os pesquisadores desejavam reprografar documentos históricos, em benefício de suas teses e investigações. Na carta, o ilustre funcionário do povo dá provas de ser merecedor da confiança do Governador e da po-

pulação, e dá exemplo, onde se somam, na mesma conduta, a seriedade no trato com a coisa pública e a irreverência de espírito, uma e outra compatíveis, e capazes, nestes tempos de crise, de adicionar o indispensável componente da Criatividade na Condução das Soluções Reclamadas pela Sociedade Brasileira, oprimida por uma inflação de 27,58% no último mês de maio, com responsabilidade maior sobre este índice dos itens saúde, higiene e tarifas públicas (entre os que mais subiram).

Procedimentos como o do Dr. Francisco Brito de Lacerda permitem a "oposição construtiva e responsável" que, nos Parla-mentos, constrói a civilização.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) RAFAEL GRECA.

#### ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Administração  
Departamento Estadual de  
Arquivo e Microfilmagem

Of.0231.DAMI.87

Curitiba, 04 de junho de 1987.

Senhor Deputado.

As reclamações que lhe foram feitas "por uma plêiade de pesquisadores revoltados" procedem quase que integralmente.

A sistemática que o Arquivo Público vinha adotando no que concerne ao fornecimento de cópias de documentos, históricos ou não, vulnerava os princípios de economia e racionalização, obrigando os interessados a um esforço inútil e irritante que não levava a nada.

A partir de 01 do corrente, segunda, tudo isso acabou. Os que recorrem ao Arquivo já não precisam fazer uma viagem de ida e volta ao Banestado, que atende em horário restrito, conflitante, muitas vezes, com a hora de funcionamento das repartições.

Os pesquisadores, agora, através de guia numerada de fabricação caseira (modelo junto), pagam em dinheiro o valor das cópias solicitadas e, de posse do que necessitam, deixam o nosso balcão sem perda de tempo, felizes, levando recibo (2. via) do dispêndio. A fêria do dia é guardada numa gaveta especial; no final da semana (sexta-feira, 16 horas), feita a conferência, o total recebido na semana dá entrada no Banestado através da famosa GR em cinco vias, que constitui receita. Tais GRs, já se vê, são usadas apenas uma vez por semana e não cada vez que alguém viesse a precisar de cópias ou certidões, tal como vinha acontecendo.

As suas observações quanto ao custo das GRs não se ajustam à verdade. Cada bloquinho de 20 jogos deve custar, hoje em dia Cz\$ 7,33. O Arquivo mantém uma gavetinha quase cheia desses blocos. Pelo fornecimento de um jogo de GR, na sistemática

abolida, nada se cobrava. O prejuízo apontado (a guia de recolhimento de valor superior à receita) é irreal, portanto. Quanto à exigência de um taxa de Cz\$ 2,00 (dois cruzados) por "xerox" fornecido, nada mais justo. A taxa em causa, bem ou mal, ajuda o erário no pagamento do aluguel das máquinas. O não pagamento das cópias, a qualquer título, criaria perigosos precedentes. O uso de máquinas de xerox sem efetivo controle, à vontade, teria feição de piquenique. De repente, com uma reprodutora dessas à disposição, os usuários poderiam utilizá-la até para a cópia de horóscopo, tabela do 2.º turno, receitas de bolinho de polvilho da Lapa. Santa Rita dos Impossíveis seria a primeira a não permitir.

Aproveito-me da ocasião para enviá-lhe forte abraço, agradecendo a colaboração.

Francisco Brito de Lacerda  
Diretor

Ao Senhor  
Deputado Rafael Greca de Macedo  
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTA CAPITAL

1987 - ANO 132 DA LEI N. 33 QUE CRIOU O  
"ARCHIVO" DO PARANÁ - 1855

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de regozijo pela comemoração do décimo aniversário da "Comunicare Criação Gráfica Ltda." que com capacidade, criatividade e trabalho, muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico de nosso Estado.

Outrossim, REQUER ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, ao Sr. Enio João Manzoni - diretor da referida empresa.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta Sessão, de votos de regozijo pelo primeiro aniversário do periódico "Caderno do Empresário" - revista paranaense que reúne assuntos políticos econômicos e empresariais com o objetivo comum de informar questões palpitantes do desenvolvimento.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao diretor do veículo de comunicação citado, Sr. Samuel Guimarães da Costa.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de voto de louvor ao Ilustríssimo Senhor Fernando Eugênio Ghignone, Digníssimo Diretor-Geral da EMBRAPFILME - Empresa Brasileira de Filmes.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Fernando Eugênio Ghignone, ex-Secretário de Estado da Cultura do nosso Estado, desempenha atualmente as funções de Diretor-Geral da EMBRAPFILME, no Rio de Janeiro. Enquanto Diretor-Geral daquela entidade, o Senhor Fernando Ghignone implantou importantes conquistas para a cinematografia nacional, através da dinamização das vendas de filmes brasileiros no exterior, durante o último Festival de Cannes. Concedeu descontos especiais para locação de filmes para cineclubes, entidades de classe, estudantis e sindicais. Procedeu modificações no quadro funcional daquela empresa que racionalizaram e moralizaram os serviços prestados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam realizados estudos para a construção de rodovia ligando os municípios de Terra Boa e Araruna.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que, com ligação rodoviária entre estes Municípios, estaríamos fazendo justiça e oferecendo um mínimo de compensação a esses munícipes que implantaram suas propriedades nesta Região, responsáveis por uma grande parcela de toda a produção agrícola estadual, e que sempre encontram dificuldades para o escoamento de suas safras.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) JOSÉ ALVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, no sentido de que sejam executadas obras de pavimentação asfáltica na rodovia que

liga os municípios de Maringá à Astorga.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de que é pequena a distância que liga os dois municípios, favorecendo o deslocamento dos munícipes, porém em dias chuvosos, a rodovia fica intransitável, provocando o descontentamento da população da Região, principalmente dos moradores do Distrito de Tupinambá.

Tendo em vista a conclusão das obras da ponte sobre o Rio Pirapó, a pavimentação irá beneficiar os moradores, que terão melhores condições de escoamento da produção agrícola, o que certamente irá reativar o progresso e a qualidade de vida da população local.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) JOSÉ ALVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja incluída no programa desta Secretaria, a construção de estrada ligando o município de Flórida ao Distrito de Ângulo.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que já existem estudos feitos pelo Departamento de Estradas de Rodagem/D.E.R., abrangendo o povoado Água de Valência, Região na qual encontra-se uma população altamente produtiva. A construção desta estrada facilitaria o intercâmbio de produção e possibilitaria melhores condições ao escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) JOSÉ ALVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Sr. José Moacir Favet, Superintendente Regional da Polícia Federal, no Estado do Paraná, solicitando a implantação de um posto avançado de atendimento da Polícia Federal em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de que o Serviço de Identificação de Estrangeiros prestaria serviços aos interessados à naturalização, na requisição de segundas vias ou novas carteiras de identificação, bem como efetuar o repasse das cédulas de identificação alusivas ao cadastramento de estrangeiros, processado a partir do ano próximo passado, que iniciar-se-á a qualquer momento, uma vez que o calendário não é do conhecimento público.

A medida visa facilitar a entrega e requisição de documentos em geral, já que é significativo o número de estrangeiros radicados na Região.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) JOSÉ ALVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Benedito Pinto Dias, DD. Prefeito Municipal de Paranavaí, para que o mesmo seja informado, a respeito da verba aprovada pelo Ministério de Educação, destinada à Faculdade Municipal de Paranavaí, num montante de Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados), conseguida através do Deputado Federal Dionísio Dal-Prá.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER a Complementação da Ferrovia denominada Central do Paraná, ligando Paranaguá a Cianorte, da qual faltam exatamente 190 Km. de trilhos para chegar até Guaíra.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja complementado o trecho ferroviário entre as cidades de Cianorte e Guaíra, ficando desta forma completa a ferrovia denominada "Central do Paraná", ligando o município de Guaíra até o Porto de Paranaguá.

1 - Ministro dos Transportes, Senhor José Reinaldo Tavares.

2 - Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias.

3 - Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme matéria divulgada no jornal "O Diário" em anexo.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Estado do Paraná

Of. n. 671/87

Maringá, 05 de junho de 1987.

Senhor Deputado:

Dispensando o devido atendimento ao requerimento de autoria do Vereador Antenor Sanches, deferido pela Mesa, em Sessão Ordinária do último dia 02, solicitamos a V. Exa. o indispensável apoio à reivindicação feita por lideranças de Maringá, no sentido de que seja realizada, em plano



prioritário, a complementação da Ferrovia denominada Central do Paraná, ligando Paranaguá a Cianorte, da qual faltam exatamente 190 quilômetros de trilhos para chegar até Guaíra.

Seguem anexas cópias de matérias divulgadas pela imprensa, justificando tal reivindicação.

Na oportunidade, manifestamos a V.Exa. os protestos de nosso profundo respeito e consideração.

Tércio Hilário de Oliveira

Presidente

Kazumi Taguchi

1. Secretário

Ao Exmo. Sr.

LINDOLFO LUIZ SILVA JÚNIOR

DD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA - PR

#### MARINGÁ QUER LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ATÉ GUAÍRA

A linha férrea que passa hoje por Maringá vai somente até Cianorte. Na região, existe uma reivindicação antiga para que ela seja estendida até Guaíra, fazendo-se a ligação com o Mato Grosso do Sul e assim implementando as linhas comerciais existentes entre os dois Estados. O assunto está agora voltando a ser lembrado por lideranças empresariais e políticas de Maringá e redondeza, justamente por estar o Governador do Estado atualmente tentando conquistar a Ferrovia da Produção, que beneficiaria a região Oeste, com a ligação entre Guarapuava, Cascavel e Guaíra.

O empresário Osvaldo Chiucheta lembra em primeiro lugar que a reivindicação da região Oeste é bem mais recente que a de nossa região. "Há mais de vinte anos que as classes produtoras e políticas do Noroeste do Estado reivindicam a construção da estrada de ferro até Guaíra, quando ainda nem em Cianorte ela estava", frisou, discorrendo em seguida uma série de razões que viabilizam a obra através de Maringá e Cianorte.

De acordo com o empresário, o traçado de Cianorte até Guaíra seria bem mais curto, com uma distância em torno de 80 por cento menor do que o percurso Guarapuava/Guaíra, o que tornaria a construção menos onerosa para o Estado. Além do mais, ele coloca que Maringá tem mais condições, pois representa hoje um dos maiores pólos de força econômica do Brasil. Possui os maiores frigoríficos de bovinos do país, sendo que 80% dos animais abatidos aqui vem do Mato Grosso do Sul. Seu parque industrial de soja também é o maior do Brasil, além de contar com uma bolsa de cereais (a única a nível de interior do Estado) a ser ainda considerado o maior cen-

tro atacadista de secos e molhados depois de São Paulo.

A esses dados, somam-se ainda o fato de estarem localizadas entre Maringá e Londrina grandes fábricas de rações e também o maior parque moageiro de milho para alimentação humana. Para Chiucheta, esses são fatores suficientes para que a região receba o reconhecimento merecido do Governo Estadual no que tange às suas reivindicações. "Não somos contra que outras regiões sejam também beneficiadas com estrada de ferro. Entretanto, nossa reivindicação é mais antiga e somamos mais pontos em potencial econômico" salientou.

#### PRIMEIRA ESTAÇÃO

Conforme informou o agente local da RFFSA; Aldemir Mesquita, a Estação Ferroviária de Maringá é a primeira em carregamento de grãos a nível de Paraná e Santa Catarina, que estão inclusos na região 5 da Rede. No carregamento geral, só perde para Araucária porque lá são carregados derivados de petróleo.

Aqui são carregados em média 150/170 vagões por dia. Em abril, por exemplo, saíram de Maringá 2.802 vagões, carregando 123 milhões, 866 toneladas de trigo, soja, farelo de algodão e soja, caroço de algodão linter (fardo de algodão), óleo vegetal bruto e sucata. Alguns dos produtos foram direto para o Porto de Paranaguá para serem exportados e outros distribuídos para várias regiões do país. Em contrapartida, foram recebidos 322 vagões, carregados de cimento, adubo, calcário, aço laminado e tapumes.

#### PÓLO INTERMODAL

O prefeito de Cianorte, Jorge Moreira da Silva, é outro grande defensor da construção da ferrovia até Guaíra, e inclusive no ano passado promoveu em seu município uma grande reunião com a presença do Senador Affonso Camargo Neto, então Ministro dos Transportes, o qual prometeu que lutaria pela conquista. Ele hoje volta a lembrar a importância da obra, frisando que em Cianorte existe um pólo intermodal de carga ferroviária com grande movimento. Produtores de extensa região do Paraná e até do Mato Grosso do Sul levam cargas de caminhão até ali para serem transportadas adiante pelo trem, segundo ele. Para Moreira da Silva, o Paraná precisa tanto desta ferrovia quanto a da Produção, localizada na região Oeste, "e as duas, sem dúvidas, são muito mais importantes que a ferrovia Norte Sul que o governo federal quer construir".

#### FLUXO COM MS

Para o diretor de comercialização da



Cocamar, Luís Lourenço, seria muito importante a construção dessa ferrovia porque daria chances à cooperativa de ter um maior fluxo de mercadorias com o Mato Grosso do Sul. "Nós temos vários filiados que produzem em Mato Grosso e o trem facilitaria muito o transporte de lá para cá", frisou, assinalando ainda que em Maringá estão cinco grandes indústrias de óleo que poderiam receber o soja daquele Estado em maior quantidade. Mas sua opinião, o Oeste também precisa da ferrovia porque ainda não tem nada. "O ideal, frisou, seria que o Estado construísse as duas".

"O DIÁRIO do Norte do Paraná" - Maringá, 27/5/87

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, solicitando que seja feito o estudo de viabilidade para que o Governo do Estado efetue a venda de casas do DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, aos funcionários lotados neste órgão, e que se encontram relacionados em cópia de abaixo-assinado em anexo. As referidas casas estão localizadas em um lote de terras pertencentes ao Governo do Estado no Município de Sarandi, e atualmente estão ocupadas pelos próprios funcionários do DER que não possuem casa própria para morar.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de São Jorge do Ivaí, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Maringá, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Iguaraçu, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Sarandi, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-

viado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Mandaguá, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Floresta, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Ivatuba, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e

Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Mandaguari no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Paigandu, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Engenheiro Beltrão, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Munhoz de Melo, no convênio

firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Astorga, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Marialva, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Itambé, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor,

que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Presidente Castelo Branco no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Quinta do Sol, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Ourizona, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do me-

nor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Flórida, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Santa Fé, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Doutor HEINZ GEORG HERWIG DD. Secretário de Transportes, solicitando um estudo da viabilidade da construção de um contorno rodoviário, na BR-376, altura do KM-415, no Município de Sarandi, conforme requerimento da Vereadora Elisa de Almeida Caust, aprovado em Sessão Plenária no Legislativo Municipal, em 16 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia do requerimento em anexo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Em, 16 de junho de 1987.

Of. 153/87/AJS.

Prezado Deputado.

Em atendimento à solicitação Plenária da Nobre edil ELISA DE ALMEIDA CAUST, com assento neste Legislativo, para solicitar de Vossa Excelência, que gestione junto aos órgãos ou departamentos competentes, visando a liberação e seqüente construção de um Contorno na Rodovia BR-376, na altura do Km 415, nas imediações do Auto Posto Querência, neste Município. Vindo com esta medida, atender à solicitação, em especial, dos moradores do Jardim Independência e adjacências, além das firmas e indústrias locadas nos arredores.

Ao ensejo, reiteramos os nossos protestos da mais elevada estima e distinguida consideração, subscrevemo-nos, mui

Atenciosamente,

ALÉCIO PAGLIOTTO

Presidente

SEBASTIÃO CÂNCIO DE OLIVEIRA

1. Secretário

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Doutor HEINZ GEORG HERWIG DD. Secretário de Transporte, solicitando a autorização para a construção de dois "quebra-molas" (lombadas), na altura do trevo de acesso a cidade de Sarandi, sendo um no sentido Marialva-Sarandi e outro no sentido Maringá-Sarandi.

REQUER ainda, seja enviado cópias do presente ao Presidente da Câmara Municipal de Sarandi e ao Senhor Júlio Bifon, DD. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O trevo de acesso ao Município de Sarandi é localizado às margens da Rodovia BR-376, que como é sabido, é a principal via de acesso entre o Norte Novo e o Sul do Estado. Pelo seu tráfego intenso, tem vitimado várias pessoas que por lá transitam, chegando a uma média de cinco municípios por semana (conf. informação de moradores do Município).

O Deputado que o presente subscreve, teve requerimento aprovado por esta Casa,

solicitando a construção de uma passarela elevada no trevo supracitado, mas dada a morosidade da construção da passarela e extrema necessidade de um fluxo mais lento, seria importante a autorização da Secretaria de Transporte, para a construção do citado "quebra-molas", para o que inclusive a Prefeitura Municipal de Sarandi se coloca à disposição para executar a obra, sem ônus para o Estado, conforme comentou o Vereador Carlos, com cadeira naquele Legislativo.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, para que o mesmo inclua o Município de Paranavaí, no convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que visa o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente.

REQUER, ainda, seja oficiado o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente da Portobrás no Estado do Paraná, solicitando um estudo da viabilidade da ampliação dos Portos de Paranaguá e Antonina, além da construção de novos silos, conforme requerimento do Vereador Antenor Sanches, deferido pela mesa, em Sessão Ordinária do dia 09 do corrente mês, na Câmara Municipal de Maringá.

REQUER ainda, seja oficiado ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, para que o mesmo dê ciência ao Vereador autor do Requerimento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia anexa.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Maringá, 12 de junho de 1987.

Of. n. 757/87

Senhor Presidente.

Em atendimento ao requerimento de autoria do Vereador ANTENOR SANCHES, deferi-

do pela Mesa, em Sessão Ordinária do dia 09 do corrente mês, solicitamos a Vossa Excelência a realização de gestões para a imediata ampliação dos Portos de Paranaguá e Antonina, principalmente com a construção de novos silos.

Outrossim, que sejam feitos maciços investimentos para a modernização dos referidos portos, tendo em vista que a precariedade de suas atuais instalações tem tumultuado o sistema de transporte e comercialização de grãos, cujos problemas serão agravados quando for concluída a Ferrovia Central do Paraná.

Certos de sua atenção e atendimento à nossa reivindicação, externamos a Vossa Excelência o nosso profundo respeito.

TÉRCIO HILÁRIO DE OLIVEIRA

Presidente

KAZUMI TAGUCHI

1. Secretário

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constado nos Anais dessa Douta Casa, o artigo de opinião, assinado pelo Deputado requerente, que analisa o atual momento político-econômico da nação, publicado nos principais jornais do Estado, cuja própria cópia vai anexa.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado que este subscreve, solicita, ouvido o Egrégio Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Rede Ferroviária Federal SA., solicitando os bons ofícios do ocupante daquele cargo de hierarquia do Ministério dos Transportes no sentido de estabelecer linha de transporte de passageiros, com trens diários, entre Curitiba, Ponta Grossa, Apucarana, Londrina e Maringá, aproveitando os ramais ferroviários existentes e tendo presente a necessidade de integração entre a cidade capital e as metrópoles do Norte, e ocupação histórica induzida também pela ferrovia.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Já à época da primitiva colonização do Norte do Estado, feita a partir de 1927, pela "Paraná Plantation Ltda", com o prolongamento da estratégica ligação férrea entre São Paulo, Rio Grande do Sul, a partir de Wenceslau Braz, rumo a Andirá, e

depois a Londrina, Apucarana, Maringá e até Cianorte, Curitiba foi ligada ao Norte do Estado. É das décadas de quarenta e cinquenta a memória do trem de passageiros que possibilitava o transporte dos viajantes desde a capital até as cidades do então "eldorado" de terra batida e vermelha. Não faz sentido, depois de consolidada a ocupação do território do Paraná por inteiro, que o transporte de passageiros do Norte para a Capital só se faça, nestes anos da década de 1980/1990, por via rodoviária, utilizando os dois troncos históricos de acesso rodoviário, quais sejam:

- A rodovia do Cerne, obra do interventor Manoel Ribas, que, a partir de 1924, vocacionou o porto de Paranaguá como espaço exportador de café, e;

- A rodovia do Café, obra concluída pelo governador Paulo Pimental após ter sido priorizada nos governos Moisés Lupion e Ney Braga, nos anos sessenta.

Não faz sentido que a milionária obra da Estrada de Ferro Central do Paraná, responsável por grande parcela da dívida pública do Estado do Paraná, seja apenas utilizada para transporte de carga.

Não há estudos públicos que comprovem satisfatoriamente a viabilidade ou a inviabilidade do uso desta linha como ramal de passageiros.

No momento em que as vozes hierarquicamente mais distinguidas desta República - que envelhece a olhos vistos, perto de seu centenário - se levantam para pedir a CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS, parece-nos dever de PATRIOTISMO pedir pela OTIMIZAÇÃO DE USO DE UMA FERROVIA JÁ EXISTENTE.

Há altíssima finalidade social nesta proposição, onde tenta-se priorizar as mulheres e os homens deste Paraná, em contraste com o monopólio de cargas concedido à Estrada de Ferro Central do Paraná. Desde sua inauguração nos anos setenta, com recursos do Estado do Paraná, a União deve aos paranaenses uma compensação, que pode perfeitamente principiar pelo restabelecimento do transporte de passageiros nesta linha.

Esta proposição pretende tanto inspirar a Rede Ferroviária Federal S/A. a utilizar composições mistas onde aos vagões com containers de carga somem-se os vagões de passageiros, como a introduzir na linha um TREM DE PASSAGEIROS, talvez mais veloz, capaz de colocar o Paraná em dia quanto ao transporte férreo, além do simples uso poético de ramais férreos para o turismo:

- Queremos que a Rede veja o transporte dos paranaenses além do louvável uso das nossas ferrovias com "maria-fumaça", para levar turistas de Curitiba à Lapa ou à Antonina, e com litorinas ou máquinas a diesel, de Curitiba até Paranaguá.

Desnecessário lembrar o uso do trans-

porte ferroviário nos países desenvolvidos, com padrão de excelência, e até nos páramos gaúchos, paulistas, mineiros e cariocas, onde pode-se cruzar as unidades federativas a bordo de trem. Vale mesmo lembrar o aproveitamento das ferrovias de herança britânica, de construção colonial - como aqui - na Índia, no Paquistão, na China e no Ceilão.

É importante termos presente a idéia de que "é subdesenvolvido um País que fica esperando soluções de fora - porque importa idéias - ao invés de buscar suas próprias soluções". No nosso entender, este uso otimizado para o ramal férreo de Curitiba-Ponta Grossa e Ponta Grossa ao Norte, é sinal de independência e progresso voltado para o homem. Afinal, além do LUCRO COMERCIAL, a RFFSA há de buscar também o LUCRO SOCIAL, como parte do resgate da dívida social grave neste País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para o Asilo "São Vicente de Pauli", localizado na Vila Rio Grande, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Em função do fracasso do Plano Cruzado, o referido asilo encontra-se com seus orçamentos defasados e necessita de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços à comunidade de Campo Mourão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando auxílio financeiro para o Asilo "São Vicente de Pauli", na Vila Rio Grande, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Asilo "São Vicente de Pauli", é uma entidade beneficente que atende dezenas de idosos da cidade de Campo Mourão e região. Esse atendimento é feito às duras penas, através do trabalho incansável de seus

funcionários e da colaboração de algumas pessoas caridosas que contribuem com o Asilo. Por esses motivos, é necessário, para o bom funcionamento do referido asilo, que a L.B.A., destine um auxílio financeiro ao referido asilo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando auxílio financeiro para a C.E.U.- Casa do Estudante Universitário, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa do Estudante Universitário - C.E.U., é um órgão de atendimento aos estudantes carentes, na maioria vindos do Interior do Estado, para continuarem seus estudos de 3.º Grau.

Entretanto, em função de crise financeira que aquela entidade atravessa, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços à nossa comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira, digníssimo Ministro da Fazenda, alertando-o para a possibilidade dos índices reais da inflação superarem os valores estabelecidos pela "tablita", trazendo assim sérios prejuízos aos comerciantes e empresários nacionais.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A aplicação do deflator mensal de 15% para descontos de duplicatas e outras operações financeiras pode vir a causar prejuízos a médio prazo aos comerciantes e empresários nacionais, caso não exista um controle efetivo da inflação vigente. Os cálculos elaborados até o momento, utilizando como patamar a redução drástica da inflação depois do Plano Cruzado, não condizem com a realidade de mercado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para o Lar do Menor "Dom Bosco", localizado no Lar Paraná, Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar do Menor "Dom Bosco" presta relevantes serviços à comunidade de Campo Mourão através do atendimento às crianças carentes do Lar Paraná. Entretanto, com os problemas advindos do fracasso do Plano Cruzado, o Lar do Menor encontra-se com seus orçamentos defasados, e necessita de auxílio financeiro para poder continuar atendendo condignamente as crianças daquela Cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado cópia deste requerimento ao Senhor GELSON ILDEFONSO ALVES, MD. Diretor da "Vidraçaria Cometa", com sede à Avenida 07 de Setembro n. 1841, nesta Capital, cumprimentando aquela conceituada empresa paranaense pela recente criação e inauguração, em suas instalações, de uma "creche" para abrigo e atendimento assistencial aos filhos de seus funcionários.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que existe dispositivo legal inserido na Consolidação das Leis do Trabalho, que obriga a criação de "creche" nas empresas, para o atendimento dos filhos de seus funcionários. Evidentemente, tal obrigatoriedade não é observada por todas as firmas enquadradas naquele diploma legal.

A "Vidraçaria Cometa", entretanto, no cumprimento de suas obrigações legais, através de elogiável atitude de seus diretores, recentemente, acaba de criar e inaugurar sua creche, n'uma de suas instalações, para a prestação de assistência às crianças - filhos de seus funcionários.

É, em verdade, um exemplo dignificante e que deveria ser imitado por todas aquelas empresas que se vêm enquadradas naquele dispositivo legal, estatuído pela CLT.

Por essa razão, este Parlamentar, cumprimenta a Vidraçaria Cometa, por intermédio de sua Diretoria, pela magnitude do seu gesto e iniciativa, atendendo-se, não apenas à lei, mas a um programa de vital importância social.



# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam enviadas cópias deste expediente ao Excelentíssimo Presidente da República, aos Ministros da Justiça, Agricultura e Chefia da Casa Civil, Senhor Governador do Estado do Paraná, Senhor Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, Senhor Presidente da Federação da Agricultura do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em razão da justificativa abaixo transcrita.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

## JUSTIFICATIVA:

O País vive e atravessa um dos seus maiores dramas econômico-financeiro em toda sua história, com reflexos altamente negativos para a economia nacional.

É evidente que o governo tem se empenhado para encontrar o caminho certo e adequado para suas soluções. Forçoso e oportuno, portanto, darmos credibilidade às medidas tomadas e unirmos forças para que o novo "Plano Bresser" traga resultados positivos para a Nação e a sociedade brasileira.

Vivendo em tempo de crises, surge, desta feita, a vez dos agricultores da Região de Assaí, que estão sendo sumariamente executados, tendo seus bens seqüestrados ou penhorados, tirando-lhes, em consequência, a última esperança para saldar os seus débitos.

Em recente pronunciamento n'um dos noticiosos da Capital, o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Dr. Paulo Carneiro, preocupado com os agricultores paranaenses, fez um relato fiel sobre o quadro aflitivo e de desespero da classe, que se encontra quase à beira da insolvência, - oportunidade em que clamava, junto ao governo, por uma solução capaz de contribuir com aquele segmento da atividade agropastoril, para viabilizar a liquidação dos seus débitos.

Este Parlamentar, também preocupado com o grave problema dos agricultores e, associando-se à iniciativa do ilustre Presidente da FAEP, pede ao governo federal, estadual e demais segmentos governamentais, as providências urgentes e necessárias para sustar as execuções contra os agricultores, estabelecendo-se um prazo compatível para que colham seus produtos e possam, evidentemente, saldar os compromissos assumidos com as instituições financeiras.

Com seus implementos agrícolas confiscados pelo seqüestro ou penhora, se vêm desprotegidos e liquidados. Despojados desses mecanismos de trabalho, sem condi-

ções de fazerem produzir a terra e colherem suas safras, resta-lhes, tão somente vislumbrar o perecimento da lavoura e dos próprios implementos pelo desuso.

Se o governo, por um lado, com a implantação do novo "Plano Bresser", fez o congelamento dos preços, sustou as execuções contra os inquilinos, estabeleceu outras providências de vital alcance social, justo seria que voltasse sua atenção para os agricultores paranaenses, - sustentáculo de toda a economia nacional, - a fim de viabilizar condições favoráveis para que paguem suas dívidas, tirando-os da grave e desesperadora situação de insolvência. É de se alertar e pensar no assunto para que não haja, em futuro não muito distante, novamente o fenômeno do combatido "ÊXODO RURAL", - a fuga do homem do campo para as metrópoles, em busca de novas esperanças e perspectivas de sobrevivência.

O "caos" está formado e temos certeza que o governo, sensível aos problemas brasileiros que surgem em decorrência da própria conjuntura política e econômica, haverá de tomar um posicionamento efetivo para que o problema do agricultor paranaense tenha um resgate positivo para toda a classe.

O apelo que este Parlamentar faz, em última análise, é que se dê um prazo compatível para que possam desonerar-se dos compromissos junto às instituições financeiras ou pelo menos, que sejam nomeados depositários fiéis dos seus implementos agrícolas, mecanismos únicos para lavrarem a terra, fazerem suas colheitas e pagarem os seus débitos. Com a sustação das execuções e consequente dilatação de prazo, terão, sem dúvida, condições favoráveis para a liquidação dos seus compromissos. Este, realmente, o pedido de socorro que este Parlamentar faz.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que este subscreve, cumpridos o Regimento Interno desta Casa, e os ritos de direito da Egrégia Comissão Executiva da Assembléia, solicita seja denominado "GRÁFICA ISAAC SENDER" ao parque gráfico desta Assembléia Legislativa do Estado.

Faça-se na seqüência uma homenagem ao ilustre patrono, com a participação da Secretaria da Cultura do Estado, e com a inauguração, no pórtico da mesma gráfica, de placa de bronze alusiva.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) RAFAEL GRECA.

## JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem sido o "Limbo de Esquecimento" para com os méritos de seus filhos. O artista gráfico Isaac Sender pede, pelos seus méritos, uma homenagem oficial à sua

memória.

Aqui valem as palavras de Hannah Arendt, no elogio póstumo de Walter Benjamin, publicado no livro "Homens em Tempos Sombrios", recentemente editado pela Companhia de Letras: "(...) A fama póstuma é uma das variantes mais raras e menos desejadas da Fama, embora seja menos arbitrária e muitas vezes mais sólida do que outros tipos, pois raramente é concedida à mera mercadoria (...) Si vivi vicissent qui morte vicerunt - como tudo seria diferente se vencessem na vida aqueles que venceram na morte - de acordo com Cícero (...)".

Aqui no Paraná, aos vitoriosos nas suas profissões, tantas vezes, mesmo em vida, nega-se a fama. Nega-se o reconhecimento público, no âmbito político, às pessoas. Resta a "fama póstuma" quando, em tempo e convenientemente, são exorcizados os demônios do ressentimento e da inveja, próprios da província.

Eis aí porque grafamos na porta da Gráfica desta Assembléia o nome do serígrafo e engenheiro, artista gráfico, Isaac Sender: nasceu em Curitiba, no dia 24 de maio de 1931, filho do imigrante judeu-polonês Israel Sender e de sua esposa Regina Sender. Formou-se na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná em 1954, numa turma em que foram seus colegas, entre outros, Hans Haymo Delith, Abraão Burkinski, Adroaldo Martins, Alfredo Rangel Jacobowicz, Maurício Schulman, Nobuo Fukuda.

Logo ingressou no serviço burocrático da Universidade, assumindo pouco mais tarde a direção da Imprensa Universitária, à qual, pelo seu trabalho de organização fez amadurecer. Serviu ao Paraná, como engenheiro civil no Departamento de Água e Energia Elétrica, antecessor da Copel.

No entanto, sua grande contribuição ao Paraná começou há dezoito anos, quando convidado pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho passou a integrar o Corpo Funcional da Editora "Gazeta do Povo". Ali projetou e acompanhou a implementação do então mais moderno parque gráfico da Imprensa Paranaense, capaz hoje de fazer imprimir a cada domingo 100 mil exemplares do prestigioso matutino.

Várias inovações antevistas por Isaac Sender estão para ser agora implantadas pela Gazeta, tais como "o leitor ótico", capaz de compor a partir da redação acelerando o processo industrial do Jornal, e estimulando seu compromisso com a novidade.

Além disso, Isaac Sender foi notável serígrafo, tendo produzido obra de gravura artesanal e artística comparável à produção dos velhos litógrafos curitibanos que fizeram a trajetória luminosa da hoje centenária Imprensa Paranaense.

Suas criações de cartões de "Boas Festas" rivalizam com os melhores modelos disponíveis nas papelarias dos EUA e da Europa.

Vale sugerir ao Secretário de Estado da Cultura que, paralelamente à mostra de Gravura de Curitiba, faça realizar um salão da obra serigráfica de Isaac Sender.

Isaac era casado com dona Julima Nachbar Sender, tendo o casal três filhos vivos e um falecido, quando do seu passamento no início deste ano.

Eu o conheci pela sua atividade artesanal, nosso vizinho e amigo que era, artista das mensagens de Natal dos meus.

Creio que "a amizade nos leva a alcançar a humanidade num mundo que se torna inumano". Por isso proponho também tal homenagem, pedindo que dele se dê ciência à família, e aos Jornalistas Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Dr. Abdo Aref Khoudry, Dr. Paulo Pimentel, Dr. Odone Fortes Martins, Sr. Silvio Name, Dr. José Cury, Dr. Ubaldo Siqueira, Dr. Cândido Gomes Chagas, Dr. Roberto Barroso Filho, Dr. Oscar Schrappe Sobrinho, Dr. Sérgio Reis, Dr. Antônio D'Aquino Borges, Antonio Nogueira, Dr. Clóvis Stadler de Souza, Luiz Geraldo Mazza, Adherbal Fortes de Sá Júnior, Mussa José Assis, Ilson Almeida, Francisco Camargo, Aroldo Murah Gomes Haygert, Cícero Cattani, Renato Schaitza, Dr. Nireu Teixeira, para citar alguns nomes capazes de reforçar nosso testemunho de reverente memória.

Dado no Palácio 19 de dezembro aos 4 dias do mês de junho de 1987, no 134. ano de emancipação do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Íris Rezende, Digníssimo Ministro da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor Ronaldo Costa Couto, Digníssimo Chefe da Casa Civil do Governo Federal, solicitando providências no sentido de viabilizar, com a máxima urgência, a reabertura dos Portos de Areia no Município de Capanema, no Sudoeste do Estado do Paraná, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Desde a década de 50, vinha sendo praticada a extração e comercialização de areia do rio Iguaçu, às margens do Parque

Nacional do mesmo nome, através de empresas privadas, devidamente licenciadas pela Prefeitura Municipal, pelo Ministério da Marinha e pelo Ministério das Minas e Energia, de maneira ordeira e pacífica, sem que isto causasse qualquer dano, vez que a retirada se limitava à margem esquerda do rio até o seu meio, já que dali para diante era considerada reserva florestal.

Todavia, por motivos até hoje plenamente justificados, o Governo Federal baixou, em 1.º de dezembro de 1981, o Decreto n.º 86.676, alterando a divisa do Parque Nacional do meio para a margem esquerda do rio Iguaçu, em razão do qual foi instaurado o processo administrativo n.º 0725/83, que resultou na ordem de fechamento dos portos de areia, através do IBDF, levada a efeito no dia 19 de maio de 1986.

Apesar de transcorrido um ano do fechamento dos portos de areia e, em que pesem os inúmeros protestos e reivindicações de autoridades estaduais, municipais e comunidades em geral, até o momento não houve nenhuma solução para a reabertura dos mesmos.

Considerando que, na prática, ficou demonstrado que a extração de areia não traz qualquer prejuízo ao Parque Nacional, mas antes beneficia o próprio Rio Iguaçu, vez que no seu desassoreamento e, ainda, o fato de que, no limite da Argentina, a areia é livremente extraída, não causando quaisquer problemas, entendemos como medida de direito e de justiça que se viabilize, com a máxima urgência, a reabertura dos portos de areia de Capanema, quer mediante a revogação do Decreto que alterou a divisa do Parque Nacional, quer pela autorização pura e simples do IBDF para a extração de areia, reestabelecendo-se assim a rotina sócio-econômica há um ano quebrada, causando inclusive prejuízos a grande número de famílias que ficam desempregadas com o referido fechamento dos portos de areia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam formalizadas gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, no sentido de implantação do Curso de 2.º Grau - Regular - Propedêutico, no período noturno, na ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR AMÁLIO PINHEIRO - Ensino de 1.º Grau - Regular e Supletivo, de Ponta Grossa, em atenção ao apelo formulado pela Direção do aludido estabelecimento de ensino e da comunidade estudantil local.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Justa é a reivindicação formulada pela Direção da Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro, de Ponta Grossa, particularmente quando ressalta aspectos prioritários e que ensejam a premente necessidade de implantação do Curso de 2.º Grau - Regular - propedêutico, no período noturno com medida a proporcionar ao educando condições de continuidade de seu aprendizado.

A referida Escola está situada no Bairro de Nova Rússia, fundamentalmente, um dos centros comerciais e industriais mais importantes de Ponta Grossa e que, por isso, centraliza uma considerável população e, tanto local quanto convergente de núcleos habitacionais vizinhos que ali mesmo trabalham e no período noturno dedicam-se aos estudos. Muito deles, é importante frisar, vêm-se obrigados a se deslocar para estabelecimentos mais distantes, a fim de dar continuidade ao aprendizado básico e isso tem, de certa forma contribuído para um crescimento acentuado do índice de desistências, o que não é, absolutamente, salutar ao desenvolvimento da política educacional.

Assim, a implantação pretendida viria não somente sanar problemas dessa ordem, mas garantir um ensino de nível elevado, tomando-se em conta a equipe de profissionais de que dispõe, com habilitação à altura das exigências, além de possuir excelentes instalações, contando, atualmente, com 10 salas de aula, que encontram-se ociosas no período noturno, biblioteca com mais de 3.000 volumes, sala apropriada para laboratório, sala para equipe técnica, gabinete odontológico, enfim, condições as mais apreciáveis ao bom desempenho do curso.

Analizados esses aspectos, nada mais justo do que venha aquele estabelecimento de ensino integrar a rede de Escolas que, por oferecer esta estrutura, venham prestar ainda mais relevantes serviços ao setor educacional de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL, Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando providências daquela Direção, no sentido de viabilizar a colocação de luminárias (braços de luz) no trecho da estrada que liga Ponta Grossa à Palmeira, situado nas imediações da localidade denominada Lago.

A referida pretensão, advinda de lideranças políticas da região, tem como obje-

tivo prioritário sanar as dificuldades apresentadas, em face das condições de iluminação no mencionado trecho, o que tem sido objeto de constantes reclames da população usuária por medidas do órgão competente, que visem, efetivamente, solucionar a questão.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, gestões junto ao Senhor Presidente da TELEPAR, Dutor GILBERTO GERALDO GARBI, solicitando providências para a instalação de um ramal telefônico para o Distrito "Bairro dos França", no Município de ORTIGUEIRA - PR., consideradas as necessidades expressas por lideranças políticas local e o apelo da comunidade.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

É uma contingência da época em que vivemos que se estabeleçam métodos os mais eficazes à comunicação, sistemas tecnológicos os mais aprimorados e precisos, a serviço do homem e de sua evolução.

Este, por sua natureza, é, essencialmente, um ser social, e não há porque negar-se que as suas várias formas de comunicar-se estão implícitas diretamente no seu desenvolver-se, no seu cotidiano.

O pedido em questão, formulado por lideranças do Município de Ortigueira, está a traduzir estas aspirações e os anseios de uma comunidade que está a sentir o quão importante é contar com um meio eficaz de comunicação, mesmo porque, já se evidencia esse serviço como uma de suas necessidades prioritárias, a bem de sua gente e a bem do progresso do Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dutor MÁRIO LOPES DOS SANTOS, Digníssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando os seus esforços no sentido de que seja construído um novo prédio para o Fórum da Comarca de IPIRANGA, objetivando, com isso, o melhor atendimento aos que necessitam dos serviços da Justiça.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A função do Poder Judiciário é fornecer a tutela jurisdicional a todos aqueles

que a invocam. No Brasil, ela é garantida e consagrada na nossa atual Carta Magna e continuará a ser resguardada pela futura Constituição Federal, ora em elaboração, aliás, o artigo 153, § 4., da nossa Lei, reza: "A LEI NÃO PODERÁ EXCLUIR DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO QUALQUER LESÃO DE DIREITO INDIVIDUAL".

É devido ao baluarte que representa o Poder Judiciário na estrutura do Estado Brasileiro, sendo independente e harmônico em relação do Estado brasileiro, sendo independente e harmônico em relação ao Poder Executivo e Legislativo, estando sempre na vanguarda da garantia do Estado Democrático de Direito, que solicitamos o esforço de Sua Excelência a fim de que seja construído um novo prédio para o Fórum da Comarca de Ipiranga, pois muitos são os reclamos daquela população no sentido da falta de condições materiais para que a Justiça cumpra seus objetivos.

A Comarca de Ipiranga é bastante antiga, foi criada há cerca de cinquenta anos e o edifício que abriga o seu Fórum foi construído em 1955, portanto, conta com trinta e dois anos, fazendo-se necessária a construção de um novo prédio, pois uma reforma geral no mesmo se torna inviável nas atuais circunstâncias.

Já existe um terreno, bem localizado na área urbana no Município sede desta Comarca, que foi doado ao Poder Judiciário deste Estado por uma cidadã local, para que fosse construído o Fórum. A edificação do mesmo se faz urgente para que se possa oferecer maiores e melhores condições de trabalho aos Juizes, Promotores, Advogados e Serventuários da Justiça, proporcionando, dessa maneira, a garantia dos direitos individuais e coletivos dos que invocam a tutela jurisdicional do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, Digníssimo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, solicitando auxílio financeiro, para a Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama - Lar Rotary, Avenida Rotary, 9, em Umuarama.

Uma vez aprovado, REQUER se dê ciência à Ilustríssima Senhora Elzan Furlan Guarezi, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

A referida instituição, presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, solicitando auxílio financeiro, para a Associação Regional de Assistência ao Menor-Guarda Mirim Masculina, Avenida Portugal, 5550, em Umuarama.

Uma vez aprovado, REQUER, se dê ciência ao Ilustre Senhor Luiz Sérgio Rossi, Presidente da entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, observando-se os critérios regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe a pavimentação asfáltica das estradas vicinais do Município de Atalaia, constadas em plano de estudos elaborado pela própria Prefeitura que segue anexo ao presente, com a respectiva justificativa.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA  
ESTADO DO PARANÁ  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

#### DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA CIDADE DE ATALAIA

Elaborado por:  
Depart. de Obras e Serviços Urbanos.  
Pref. Munic. de Atalaia - Est. do Paraná.

#### SUMÁRIO

##### 1 - INTRODUÇÃO

##### 2 - ENTIDADE PROPONENTE

##### 3 - PROJETO

###### 3.1 - Objetivos

###### 3.2 - Análise de Infra-Estrutura Existente e Necessária

###### 3.2.1 - Drenagem Urbana

###### 3.2.2 - Pavimentação Urbana

###### 3.3 - Orçamento

###### 3.3.1 - Incidência sobre a Mão-de-Obra

###### 3.3.2 - Bonificação para Despesas Indiretas (BDI)

###### 3.3.3 - Incidência sobre os Materiais

###### 3.3.4 - Custos de Mão-de-Obra

###### 3.3.5 - Custos de Materiais

###### 3.3.6 - Custos de Terraplenagem e Movimento de Terra

###### 3.3.7 - Custos de Tubos de Concreto

###### 3.3.8 - Custos de Frete

##### 4 - ANEXOS

###### 4.1 - Planilhas de Custos para a Execução da Rede de Drenagem Urbana

###### 4.2 - Planilhas de Custos para a Execução da Pavimentação Urbana

###### 4.3 - Drenagem: Documentação Fotográfica

###### 4.4 - Pavimentação: Documentação Fotográfica.

#### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho expõe a necessidade da realização de obras de drenagem e pavimentação urbanas na cidade de Atalaia, Estado do Paraná, limitando-se à solicitação de recursos para sua execução, bem como demonstra seus objetivos e justificativas.

As obras de construção da rede de drenagem serão executadas por empreiteira credenciada, mediante licitação pública; as de pavimentação serão executadas pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Atalaia.

Com referência ao orçamento em anexo das obras de pavimentação, não está incluída Bonificação para Despesas indiretas (BDI), tendo em vista que serão executadas pela Prefeitura, não se justificando a obtenção de lucro financeiro.

O presente trabalho foi elaborado durante o mês de março de 1.987, sendo a OTN base para o cálculo dos custos é referente ao mesmo mês, ou seja - Cz\$ 181,61 (cento e oitenta e um cruzados e sessenta e um centavos).

#### 2 - ENTIDADE PROPONENTE

Prefeitura Municipal de Atalaia - Estado do Paraná.

Praça José Bento dos Santos, s/n - CEP 87.630.

Telefones (0442) 52-1527 - 52-1498 - 52-1499.

Prefeito: Eng. Claudomiro Siroti.

### 3 - PROJETO

O empreendimento apresentado a seguir, consiste na expansão da rede de drenagem urbana e pavimentação de logradouros públicos, na cidade de Atalaia.

#### 3.1 - OBJETIVOS

Os objetivos que determinam a execução destas obras são descritos como:

a) - atender as necessidades de infraestrutura da cidade em função da expansão urbana que aqui ocorreu, quer por intervenção estatal, quer por fenômenos migratórios;

b) - aplicação de dispositivos que proporcionem escoamento rápido das águas, favorecendo a estabilidade estrutural das vias, dadas suas baixas declividades;

c) - resistir e distribuir, de maneira conveniente, as solicitações oriundas do tráfego de veículos nas vias urbanas, evitando prejuízos à infra-estrutura subterrânea;

d) - melhorar as condições de rolamento dos veículos quanto a comodidade e a segurança, bem como o conforto dos pedestres;

e) - reduzir os custos com a limpeza urbana nas vias não pavimentadas, dadas as constantes remoções de terra e outros materiais, bem como a capinação em suas margens; e

f) - reduzir os custos de manutenção viária realizada nas vias não pavimentadas, tendo em vista o constante deslocamento de máquinas para estas vias, após a ocorrência de chuvas, visando restituir condições mínimas de tráfego.

#### 3.2 - ANÁLISE DA INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE E NECESSÁRIA

##### 3.2.1 - DRENAGEM URBANA

Em Atalaia existem galerias de águas pluviais que, apesar de parcialmente executadas de acordo com o dimensionamento de projeto executivo contratado em 1.980 pela Superintendência de Controle da Erosão do Estado do Paraná (SUCEPAR), é insuficiente para drenar o deflúvio superficial que ocorre na cidade.

Com base no projeto, a SUCEPAR recentemente executou 1.124 metros de galerias de águas pluviais. Atalaia já contava com 1.060 metros de galerias em alguns logradouros, elevando para 2.184 metros o comprimento total de galerias existentes.

O Quadro 1 apresenta a atual extensão da rede de drenagem da cidade em função dos diâmetros.

Atualmente, há a necessidade da conclusão da rede pelos motivos anteriormente mencionados, dando continuidade ao projeto executivo.

O estudo realizado pela SUCEPAR subdi-

vidiu a cidade em três sub-bacias, tendo sido priorizada a execução da rede da sub-bacia B. Entretanto as obras de drenagem realizadas não contemplaram esta sub-bacia.

##### a) SUB-BACIA A

A rede percorre as ruas Paraná, Tiradentes, Padre José Bendin, 1.<sup>o</sup> de Maio, Presidente Castelo Branco, Guanabara, São Paulo, Vitória, Rio Grande do Sul, Antônio Moraes de Barros, 12 de Julho, 15 de Novembro e Avenida Brasil, terminando na rua Padre José Bedin, onde se inicia um emissário em tubos de concreto, já executado pela SUCEPAR. Nesta sub-bacia foi executada apenas a rede da rua Padre José Bedin e na rua Rio Grande do Sul, entre as ruas 1.<sup>o</sup> de Maio e Padre José Bedin, de acordo com o Quadro 2.

A extensão da rede a ser implantada na sub-bacia A é apresentada no Quadro 3.

##### b) SUB-BACIA B

Localizada na parte norte da cidade, abrange as ruas Paraná, 7 de Setembro, São Paulo, 31 de Março, Curitiba, Brasília, Manoel Rodrigues Pereira, 13 de Junho, 12 de Abril, Euclides da Cunha, Dom Pedro I e Prof. João Eudes Padilha.

A rede termina na rua 7 de Setembro, onde se inicia um emissário em tubos de concreto, já executado pela SUCEPAR. Nesta sub-bacia nada foi executado, apesar de priorizada pela SUCEPAR, onde já existem 1.060 metros de galerias de 800 mm de diâmetro, executada em Administração anterior.

A extensão da rede a ser implantada na sub-bacia B é apresentada no Quadro 4.

##### c) SUB-BACIA C

A drenagem desta sub-bacia foi orientada para a sub-bacia A com o propósito de se evitar obra de extremidade. A extensão necessária de rede está acumulada à da sub-bacia A.

##### d) SUB-BACIA D

O projeto da rede desta sub-bacia não foi contratado pela SUCEPAR tendo em vista a inexistência de ocupação à época da realização do projeto executivo.

Em 1.986, a Companhia de Habitação do Estado do Paraná - COHAPAR concluiu dois loteamentos com 148 lotes nesta sub-bacia, não executando rede de drenagem, sendo necessária sua implantação.

A extensão da rede a ser implantada na sub-bacia D é apresentada no Quadro 5.

O Quadro 6 apresenta o resumo total de tubos de concreto a serem utilizados na implantação da rede para as quatro sub-bacias da cidade.

A execução dos serviços obedecerá as

normas gerais estipuladas no projeto executivo em vigor, às normas e instruções complementares que forem fornecidas pela Fiscalização e aos desenhos constantes do projeto executivo a serem entregues pela SUCEPAR à Empreiteira.

### 3.2.2 - PAVIMENTAÇÃO URBANA

O sistema viário urbano de Atalaia é 60% pavimentado. Destes, 51% correspondem a pavimentação asfáltica, realizados em Administrações anteriores e na atual, através da contratação de empreiteiras; e 49% correspondem a pavimentação em blocos sextavados de concreto, realizados exclusivamente na atual Administração, através de seu Departamento de Obras e Serviços Urbanos, reduzindo consideravelmente os custos de implantação.

Com este propósito, o DOSU montou, com seus próprios recursos orçamentários, uma usina de pré-moldados para a confecção de blocos e meio-fios, bem como contratou mão-de-obra qualificada para a execução da pavimentação.

Com base nesta experiência bem sucedida, o DOSU pretende dar continuidade à pavimentação dos 40% restantes, tendo em vista o cumprimento dos objetivos do item 3.1.

O Quadro 7 apresenta os valores de área pavimentada e não-pavimentada do sistema viário de Atalaia, bem como a participação percentual destes valores.

Para impedir que os blocos se desprendam ao longo do tempo, é necessário o assentamento de meio-fios na execução da pavimentação, visando confinamento que garanta seu inter-travamento.

A distribuição da pavimentação necessária no sistema viário urbano de Atalaia, bem como o quantitativo de meio-fios a serem assentados, é apresentada no Quadro 8.

QUADRO 1  
Rede de Drenagem Urbana  
Existente em Atalaia.

DIÂMETRO (mm)	EXTENSÃO (m)
600	312
800	1.336
1.000	536
TOTAL .....	2.184
FONTE: PMA - DOSU - 1987.	

QUADRO 2

Rede de Drenagem Urbana  
Existente na Sub-Bacia A

DIÂMETRO (mm)	EXTENSÃO (m)
600	312
800	276
1.000	282
TOTAL .....	870
FONTE: PMA - DOSU - 1987	

QUADRO 3  
Rede de Drenagem Urbana  
Necessária na Sub-Bacia A

DIÂMETRO (mm)	EXTENSÃO (m)
400	918
600	399
800	634
TOTAL .....	1.951
FONTE: SUCEPAR - 1987	

QUADRO 4  
Rede de Drenagem Urbana  
Necessária na Sub-Bacia B

DIÂMETRO (mm)	EXTENSÃO (m)
400	2.125
600	1.414
800	212
TOTAL .....	3.751
FONTE: SUCEPAR - PMA - DOSU - 1987	

QUADRO 5  
Rede de Drenagem Urbana  
Necessária na Sub-Bacia D

DIÂMETRO (mm)	EXTENSÃO (m)
400	650
600	900
800	-
TOTAL .....	1.550
FONTE: PMA - DOSU - 1987	

QUADRO 6  
Rede de Drenagem Urbana  
Necessária nas Sub-Bacias A, B, C e D

Diâmetro (mm)	EXTENSÃO (m)			
	400	600	800	
A e C	918	399	634	1.951
B	2.125	1.414	212	3.751
D	650	900	-	1.550



TOTAL 3.693 2.713 846 7.252  
 FONTE: SUCEPAR - PMA - DOSU - 1987

QUADRO 7  
 Participação da Pavimentação  
 no Sistema Viário de Atalaia

LOGRADOURO	ÁREA (m <sup>2</sup> )	%
Asfalto	29.000	30,69
Blocos de Concreto	27.700	29,31
Terra	37.800	40,00
TOTAL .....	94.500	100,00
FONTE: PMA - DOSU - 1987		

QUADRO 8  
 Distribuição da Área de Pavimentação e  
 Extensão de Meio-Fio no Sistema  
 Viário de Atalaia

LOGRADOURO	PAVIM (m <sup>2</sup> )	MEIO-FIO (m)
R. Padre José		
Bedin	1.635	535
Rua Brasília	360	95
Rua Curitiba	360	80
Rua Prof. João		
Eudes Padilha	1.440	290
Rua 13 de Junho	1.185	270
Rua 12 de Abril	1.235	290
Rua Euclides da		
Cunha	1.080	240
Rua D. Pedro I	1.440	290
Rua 31 de Março	360	80
Rua Presidente		
Tancredo Neves	940	215
Rua Teotônio		
Villela	585	135
Rua 1. de Maio	360	80
Rua Guanabara	360	80
Rua Rio Grande do		
Sul	3.115	645
Rua Graciliano		
Ramos	1.560	345
Rua João Guima-		
rães Rosa	2.250	485
Rua Rui Barbosa	600	140
Rua João Goulart	600	140
Rua Juscelino		
Kubistchek	600	140
Rua Maringá	810	210
Rua Get. Vargas	2.125	470
Rua 7 de Setembro	1.400	250
Rua São Paulo	4.300	845
Rua Edgard Peluso	1.530	300
Rua Guilherme		
Ciccoti	1.970	380
Rua Verador C.		
B. do Amaral	475	130
Rua Pres. Castelo		
Branco	1.525	305
Avenida Brasil	--	335
Acesso do Dis-		
trito Industrial	3.600	700

TOTAL ..... 37.800 8.500  
 FONTE: PMA - DOSU - 1987

### 3.3 ORÇAMENTO

Para o presente orçamento serão utilizados os modelos de composição unitária de preços e os valores dos quantitativos de materiais fornecidos pelos critérios dados para as estruturas-padrão determinados pela SUCEPAR e pela Prefeitura Municipal de Atalaia.

Transcrevemos abaixo os elementos para o preço final das composições unitárias.

#### 3.3.1 INCIDÊNCIA SOBRE A MÃO-DE-OBRA

##### a) Encargos Sociais Fundamentais

INPS .....	8,50%
FGTS .....	8,00%
SENAI .....	1,00%
SESI .....	1,50%
Salário Educação .....	2,50%
Salário Família .....	5,00%
FUNRURAL .....	2,40%
INCRA .....	0,20%
PIS .....	1,00%
Seguro de Acidentes de Trabalho ....	2,50%
Salário Maternidade .....	0,30%
13.º Salário .....	0,60%
TOTAL .....	33,50%

##### b) ENCARGOS BASE

Repouso Semanal Remunerado	
e Feriados .....	22,34%
13.º Salário .....	8,80%
Férias .....	8,80%
Aviso Prévio .....	3,47%
Auxílio Doença .....	1,90%
Depósito por Despedida Injusta ....	1,10%
Indenizações Trabalhistas (CLT) ...	4,22%
TOTAL .....	50,63%

c) Incidência dos Encargos Sociais Fundamentais sobre os Encargos Base (exclusive 13.º Salário, Aviso Prévio, Depósito por Despedida Injusta e Indenizações Trabalhistas)

$$33,50\% \times 33,04\% = 11,07\%$$

$$\dots\dots\dots 11,07\%$$

##### d) TOTAL DOS ENCARGOS SOBRE A MÃO-DE-OBRA

$$33,50\% + 50,63\% + 11,07\% = 95,20\%$$

$$\dots\dots\dots 95,20\%$$

#### 3.3.2 - BONIFICAÇÃO PARA DESPESAS INDIRETAS (BDI)

Despesas Gerais .....	10,00%
Despesas Financeiras .....	5,00%

Eventuais .....	5,00%
Benefício .....	10,00%

TOTAL ..... 30,00%

### 3.3.3 - INCIDÊNCIA SOBRE OS MATERIAIS

Perdas Acidentais .....	5,00%
Compra e Amortização de Equipamen- tos e Ferramentas .....	5,00%

TOTAL ..... 10,00%

### 3.3.4 - CUSTO DE MÃO-DE-OBRA

Mestre de Obras .....	Cz\$ 46,93/hora
Pedreiro .....	Cz\$ 28,16/hora
Carpinteiro .....	Cz\$ 28,16/hora
Calceteiro .....	Cz\$ 15,02/hora
Armador .....	Cz\$ 28,16/hora
Servente .....	Cz\$ 15,02/hora

### 3.3.5 - CUSTOS DE MATERIAIS

Tábuas 1" x 9" .....	Cz\$ 40,00/m
Escoras 06cm x 12cm .....	Cz\$ 50,00/m
Pregos 17 x 21 .....	Cz\$ 25,00/Kg
Aço CA-50 .....	Cz\$ 18,00/Kg
Arame Recoado n. 18 .....	Cz\$ 32,00/Kg
Tijolo Maciço (milheiro) ...	Cz\$ 1.100,00
Pedra de Mão .....	Cz\$ 380,00/m3
Cimento .....	Cz\$ 115,00/sc
Cal .....	Cz\$ 40,00/sc
Areia .....	Cz\$ 150,00/m3
Brita n. 1 .....	Cz\$ 380,00/m3

Pó de Pedra ..... Cz\$ 300,00/m3

### 3.3.6 - CUSTOS DE TERRAPLENAGEM E MOVIMENTO DE TERRA

Motoniveladora .....	Cz\$ 560,00/h
Pá Carregadeira .....	Cz\$ 470,00/h
Retro - Escavadeira .....	Cz\$ 390,00/h
Rolo Compactador Pé-de-Car- neiro .....	Cz\$ 440,00/h
Rolo Compactador Liso .....	Cz\$ 440,00/h

### 3.3.7 - CUSTOS DE TUBOS DE CONCRETO

Ø 400 mm .....	Cz\$ 140,00/m
Ø 600 mm .....	Cz\$ 250,00/m
Ø 800 mm .....	Cz\$ 520,00/m
Ø 1.000 mm .....	Cz\$ 740,00/m

### 3.3.8 - CUSTOS DE FRETE

Tubos de concreto ..... Cz\$ 2,00/t.Km

## 4 - ANEXOS

4.1 - Planilhas de Custos para a Exe-  
cução da Rede de Drenagem Urbana

4.2 - Planilhas de Custos para a Exe-  
cução da Pavimentação Urbana

4.3 - Drenagem: Documentação Fotográ-  
fica

4.4 - Pavimentação: Documentação Foto-  
gráfica

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA  
Departamento de Obras e Serviços Urbanos

ORÇAMENTO  
Obra: DRENAGEM URBANA

Data: 16/03/87  
Folha 01

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.	SERVIÇOS INICIAIS				
1.1.	Serviços Topográficos de Locação e Nivelamento .....	7252,00	m	1,74	12.618,48 <u>12.618,48</u>
2.	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALAS				
2.1.	Até 1,50 metros de Profundidade .....	1672,35	m3	33,70	56.358,20
2.2.	Até 3,00 metros de Profundidade .....	17213,38	m3	39,32	676.828,14
2.3.	Até 4,50 metros de Profundidade .....	11427,80	m3	44,93	513.451,05
2.4.	Até 6,00 metros de Profundidade .....	545,98	m3	50,55	27.599,29
					<u>1.274.236,68</u>
3.	TUBOS DE CONCRETO				
3.1.	Ø 400mm .....	3693,00	m	140,00	517.020,00
3.2.	Ø 600mm .....	2713,00	m	250,00	678.250,00
3.3.	Ø 800mm .....	846,00	m	520,00	439.920,00
					<u>1.635.190,00</u>
4.	ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO				
4.1.	Ø 400mm .....	3693,00	m	60,05	221.764,65
4.2.	Ø 600mm .....	2713,00	m	79,49	215.656,37
4.3.	Ø 800mm .....	846,00	m	116,64	98.677,44
					<u>536.098,46</u>
5.	RESPOSIÇÃO DE VALAS				
5.1.	Com Apiloamento .....	19041,68	m3	25,49	485.371,15
5.2.	Sem Apiloamento .....	8217,88	m3	14,26	117.186,26
					<u>602.557,41</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA  
Departamento de Obras e Serviços Urbanos

ORÇAMENTO

Obra: DRENAGEM URBANA

Data: 16/03/87  
Folha 02

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
6.	REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO				
6.1.	Blocos Sextavados de Concreto .....	7252,00	m2	134,47	975.176,44
7.	BOCAS DE LOBO				975.176,44
7.1.	Tipo A - Simples - montante .....	117,00	unid	4.593,18	537.402,06
7.2.	Tipo A - Dupla - montante .....	34,00	unid	7.596,86	258.293,24
7.3.	Tipo B - jussante .....	11,00	unid	12.662,43	139.286,73
8.	POÇOS DE VISITA/QUEDA				934.982,03
8.1.	Poços .....	76,00	unid	9.624,78	731.483,28
9.	CAIXAS DE LIGAÇÃO				731.483,28
9.1.	Caixas .....	22,00	unid	5.086,63	111.905,86
10.	TRANSPORTE DE TUBOS DE CONCRETO				111.905,86
10.1	Frete.....	2117,05t 120,00 km	t.Km	2,00	508.092,00
11.	VALORES GLOBAIS				508.092,00
11.1	Construção Civil .....	--	--		7.322.340,64
11.2	Imprevistos (10%) .....	--	--		732.234,06
11.3	Bonificação para Despesas Indiretas (BDI = 30%) .....	--	--		8.054.574,70
11.4	Total (Cruzados) .....	--	--		2.416.372,41
11.5	Total (OTN's) .....	--	--		10.470.947,11
					57.656,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA Departamento de Obras e Serviços Urbanos					
ORÇAMENTO					
Obra: PAVIMENTAÇÃO URBANA					
Data: 16/03/87 Folha 01					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS				
1.1.	Locação da Obra .....	37.800	m2	16,53	624.834,00
1.2.	Canteiro de Obras .....	1	Vb	7.800,00	7.800,00
					<u>632.634,00</u>
2.	EQUIPAMENTOS				
2.1.	Motoniveladora .....	237	hs	560,00	132.720,00
2.2.	Pá Carregadeira .....	237	hs	470,00	111.390,00
2.3.	Rolo Compactador Pé-de-Carneiro .....	270	hs	440,00	118.800,00
2.4.	Rolo Compactador Liso .....	160	hs	440,00	70.400,00
2.5.	Ferramentas .....	-	Vb	8.300,00	8.300,00
2.6.	Transportes .....	-	Vb	37.000,00	37.000,00
					<u>478.610,00</u>
3.	CONFECÇÃO DE MEIO-FIOS				
3.1.	Concreto .....	235	m3		
	Cimento .....	850	SC	115,00	97.750,00
	Areia .....	102	m3	180,00	18.360,00
	Brita .....	85	m3	380,00	32.300,00
	Pó de Pedra .....	17	m3	300,00	5.100,00
3.2.	Mão-de-Obra .....	4.760	hs	15,02	71.495,20
					<u>225.005,20</u>
4.	ASSENTAMENTO DE MEIO-FIOS				
4.1.	Argamassa de Rejuntamento (traço 1:4) .....	10	m3		
	Cimento .....	80	SC	115,00	9.200,00
	Areia .....	12	m3	180,00	2.160,00
4.2.	Mão-de-Obra .....	2.720	hs	15,02	40.854,40
					<u>52.214,40</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA  
Departamento de Obras e Serviços Urbanos

ORÇAMENTO  
Obra: PAVIMENTAÇÃO URBANA

Data: 16/03/87  
Folha 02

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
5.	CONFEÇÃO DE BLOCOS SEXTAVADOS				
5.1.	Concreto .....	2.671	m3	115,00	1.112.625,00
	Cimento .....	9.675	sc		208.980,00
	Areia .....	1.161	m3	180,00	367.840,00
	Brita .....	968	m3	300,00	58.200,00
	Pó-de-Pedra .....	194	m3	15,02	349.966,00
5.2.	Mão-de-Obra .....	23.300	hs		2.097.611,00
6.	ASSENTAMENTO DE BLOCOS SEXTAVADOS				
6.1.	Argamassa de Rejuntamento (traço 1:3) .....	290	m3	115,00	286.925,00
	Cimento .....	2.495	sc	180,00	52.200,00
	Areia .....	290	m3	15,02	153.204,00
6.2.	Mão-de-Obra .....	10.200	hs		492.329,00
7.	LIMPEZA FINAL DA OBRA				
7.1.	Remoção de Materiais .....	37.800	m2	17,00	642.600,00
8.	VALORES GLOBAIS				
8.1.	Construção Civil .....	--	--		4.621.003,60
8.2.	Imprevistos (10%) .....	--	--		462.100,36
8.3.	Total (Cruzados) .....	--	--		5.083.103,96
8.4.	Total (OTN's) .....	--	--		27.989,12
	PREÇO MÉDIO POR M2 DE PAVIMENTO .....	37.800	m2	134,47	5.083.103,96

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação dos Deputados que integram todas as bancadas partidárias com assento nesta Casa de Leis, seja enviado expediente ao Doutor José Carlos Finardi, digno presidente do BANESTADO S/A, solicitando a instalação de uma agência ou posto dessa instituição de crédito no Distrito de Lerroville, Município de Londrina.

Com uma população estimada em mais de nove mil pessoas, distante 48 km da sede urbana de Londrina e com excelente área de produção agrícola, Lerroville acaba de perder sua única agência bancária, cujo atendimento vinha sendo feito pelo BRADESCO, fato que provocou sérios transtornos aos seus moradores. Atualmente eles dependem de se deslocar até Tamarana, Distrito vizinho, ou mesmo para Londrina, para fazerem suas operações bancárias, registrando-se graves prejuízos aos agricultores, comerciantes e à população de um modo geral.

Portanto, a instalação do BANESTADO em Lerroville é aguardada em clima de grande expectativa, com seus habitantes desejosos de que esta reivindicação seja prontamente atendida.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após consultado o Plenário, seja endereçado expediente ao Presidente do conglomerado BANESTADO, solicitando a instalação de uma agência da instituição no Município de Japira.

Com uma população aproximada de oito mil habitantes, onde o forte é a agricultura, suinocultura e pecuária, repentinamente Japira ficou desprovida de agência bancária, com o fechamento do BAMERINDUS, que até então atendia à população local, que agora vê-se forçada a deslocamentos para outros municípios próximos para serviços bancários. Os habitantes de Japira passaram a ter sérios transtornos desde que a única agência bancária da Cidade foi fechada.

Todos aguardam com enorme expectativa que esta reivindicação seja prontamente atendida pelo ilustre Presidente do BANESTADO.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, com a devida aprovação do Plenário, seja endereçado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães, solicitando que sejam determinadas providências para a manutenção da agência do Fundo Rural do Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Correm insistentes rumores sobre um eventual encerramento das atividades do órgão, o que, se concretizado, trará seríssimos problemas a algumas centenas de trabalhadores rurais não só de Tamarana como também do Distrito de Lerroville, que passariam, obrigatoriamente, a depender de atendimento a cerca de 50km de distância, ou seja, na sede do Município de Londrina. Além da distância e perda de tempo, ficarão os trabalhadores prejudicados também com os gastos naturais para as viagens e alimentação.

Em se tratando da parcela mais pobre e carente da população, os trabalhadores rurais pedem que os serviços atualmente prestados em Tamarana sejam mantidos.

Cremos que o governo, acolhendo esta sugestão, estará demonstrando seu respeito a essa categoria de trabalhadores que tanto serviço presta ao nosso Brasil.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando estudos para a liberação de um microônibus para transportes de estudantes no Município de Paigandu.

As condições financeiras do Município não permitem tal aquisição e o ônibus do patrimônio público encontra-se em precárias condições e mesmo assim fazendo trajeto até a cidade de Maringá e Jandaia do Sul, conduzindo universitários.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café - IBC - Doutor Jório Dauster Magalhães e Silva.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

É caótica a situação enfrentada por



nossos cafeicultores, no tocante ao preço da saca de café beneficiado. Nossos produtores estão em completo desespero, pois em vista dos compromissos financeiros assumidos com bancos na época de euforia do Cruzado I, estabelecido pelo governo federal mais as novas medidas tomadas posteriormente, o preço mínimo para o café não condiz com a realidade das atuais taxas de juros impostas à essa classe, bem como todas as demais.

O preço da saca de café beneficiado estipulado pelo governo é irreal, não suportando os cafeicultores continuarem com a produção e nem tampouco dar prosseguimento à colheita.

Surge daí a necessidade de que tomemos alguma medida, visando ao menos suavizar essa estrondosa crise financeira que se alastra pela classe cafeicultora.

Portanto, requeremos a Vossa Senhoria que seja estabelecido o preço mínimo de Cz\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzados), por saca de café beneficiado sendo esta mínima atitude para que assim cubra-se, de forma razoável, o custeio da produção.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao Senhor prefeito de Nova Londrina, Arlindo Troian, bem como ao prefeito Cláudio Soletti de Terra Rica, Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, observando-se os critérios regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando-lhe viabilizar o calçamento das escolas da rede estadual de ensino da Cidade de Maringá, relacionadas em anexo, as quais encontram-se em precário estado, dificultando inclusive nos dias chuvosos o trânsito de escolares e professores pelo pátio e externamente.

Salientamos outrossim, que a Prefeitura, preocupada com a melhoria dos estabelecimentos citados, propõe o fornecimento de mãos-de-obra, requerendo inicialmente o material para a construção do calçamento.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Relação das Escolas que Pretendem o Calçamento Padrão

Escolas	Metragem
Esc.Est.Adelaide Maria Leite	760,06m2
" " Alberto Byngton Jr.	1.600,00m2
" " Alfredo Moisés Maluf	1.441,21m2
" " Ariovaldo Moreno	1.316,62m2
" " Brasília Itiberê	740,18m2

" "	Campos Sales	807,05m2
" "	Conj.Habit.Cidade Alta	361,20m2
" "	Dirce Aguiar Maia	610,88m2
" "	Elvira Balani dos Santos	807,05m2
" "	João de Faria Pioli	576,68m2
" "	José de Anchieta	180,00m2
" "	Marco Antonio Pimenta	104,40m2
" "	Maria Balani Planas	720,00m2
" "	Novo Jardim Alvorada	75,00m2
" "	Presidente Vargas	921,11m2
" "	P.José Darcy de Carvalho	549,45m2
" "	Rui Barbosa	498,50m2
" "	Santa Maria Goretti	201,65m2
" "	Silvio Magalhães Barros	1.181,80m2
" "	Tancredo Neves	1.357,96m2
" "	Theobaldo Miranda Santos	959,81m2
" "	Gabriela Mistral	1.491,60m2
" "	Presidente Kennedy	150,80m2
" "	Rodrigues Alves	892,40m2
	Colégio João XXIII	3.114,55m2
	Instituto de Educação de Maringá	262,43m2
	Col. Branca da Mota Fernandes	1.418,09m2
	T O T A L .....	23.130,84m2

ANTÔNIO BÁRBARA

Deputado Estadual

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 110/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cecília do Pavão, com sede e foro no Município de Santa Cecília do Pavão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente Plano de Lei a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo que nos estatutos da entidade, devidamente registrados, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - A presente Lei regula o uso dos Meios de Comunicação Social, pelo Poder Público, na publicidade obrigatória de seus atos oficiais, no patrocínio de qualquer evento, divulgação de realizações estatais e campanhas de interesse público.

§ 1.º - Para efeito deste artigo entende-se:

I - Por publicidade obrigatória a divulgação oficial dos atos para conhecimento público e início de seus efeitos externos;

II - Por divulgação de realizações estatais, a propaganda dos atos da administração pública, cuja despesa constitui encargo para o erário público ou para o orçamento das entidades da administração pública;

III - Por campanhas de interesse público:

- a) as notas e os avisos oficiais de esclarecimento;
- b) as campanhas educativas;
- c) as campanhas de racionalização e racionamento do uso dos serviços públicos e as de utilidade pública.

§ 2.º - A publicidade com eventos e realizações estatais não pode ser realizada em detrimento da divulgação de campanhas de interesse público.

Art. 2.º - A publicidade obrigatória abrange a divulgação dos atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais as atas de julgamento das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes das despesas e as prestações de contas, submetidas aos órgãos competentes.

Art. 3.º - Na publicidade de eventos, realizações estatais e campanhas de interesse público, é obrigatória a divulgação, de forma legível e/ou audível das seguintes informações ao público.

Art. 4.º - A despesa com divulgação de realizações estatais e campanhas de interesse público não pode ultrapassar a cinco décimos por cento (0,5%) da receita prevista no orçamento ou unidade orçamentária.

Art. 5.º - Nos impressos publicitários e relatórios de atividades públicas da administração direta e indireta, será impressa a tiragem e o valor unitário.

Art. 6.º - A publicação que produz efeito jurídico é a do órgão oficial da Administração.

Parágrafo Único - Por órgão oficial, entende-se não só o Diário Oficial das Entidades Públicas, mas também os jornais contratados para esse fim.

Art. 7.º - Os efeitos desta lei abrangem os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Parágrafo Único - No Poder Executivo a obediência é devida pela Administração Direta, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista, as Fundações instituídas pelo Poder Público, as autarquias e os serviços sociais autônomos.

Art. 8.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial do Estado do Paraná há tempo vem adotando o salutar procedimento de publicar, após os Avisos e Editais dos Órgãos Públicos, o custo da insenção.

Procedimento semelhante deve ser adotado por toda a administração pública estadual e municipal em respeito à população contribuinte.

É uma medida de relevante interesse público visto que virá regulamentar esta freqüente e às vezes necessária atividade pública, porém, nem sempre tratada com o devido respeito pelas autoridades, confundindo interesses particulares e pretensões políticas futuras com a propaganda de atos e realizações governamentais. É comum o desperdício de recursos públicos em propaganda em detrimento de outras áreas, principalmente a social.

É o que, Senhores Deputados, justifica a apresentação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N. 112/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Aos funcionários públicos estaduais, contratados sob o regime "CLT", fica assegurado o direito à isenção do imposto de transmissão, quando na aquisição de imóvel para uso próprio, se outro não possuir.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Apoio: Anibal Khury, Eduardo Baggio, Lindolfo Júnior e Homero Oguido.

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei objetiva isentar os funcionários contratados pelo regime "CLT", do pagamento do imposto de transmissão quando da aquisição de imóvel para uso próprio, quando outro não possuir.

Ressalte-se, que já existe preceito constitucional inserido na Constituição do

Paraná que concede este benefício aos funcionários estatutários e aos ex-combatentes que participaram ativa e efetivamente das operações bélicas durante a II Guerra Mundial.

Por outro lado, sabe-se, perfeitamente, que a obtenção da moradia própria se constitui, por si só, numa tarefa bastante difícil e onerosa, sobretudo em razão, primeiramente, do volume de documentos que são exigidos para a formação inicial do processo aquisitivo. Ultimado o processo, surge mais uma dificuldade, desta feita, relativa ao imposto de transmissão que vem onerar a transação para aqueles funcionários.

Por esse motivo, seria de bom alvitre e merecidamente justo que os funcionários celetistas do Estado fossem, também, tutelados com a isenção do imposto de transmissão ao adquirirem imóvel para uso próprio, se outro não possuir, estabelecendo-se, com este plano de lei, o princípio da ISONOMIA que deve prevalecer no trato dispensado a todos os funcionários. Seria, assim, uma forma de estender aos celetistas o benefício que já usufruem os estatutários e os ex-combatentes da II Guerra Mundial.

Este Projeto se reveste, conseqüentemente, de relevante finalidade social, contribuindo, decididamente, para que os funcionários celetistas obtenham sua moradia, com a isenção daquele imposto.

Vislumbra-se, também, que o projeto se enquadra dentro do plano habitacional que o governo procura incrementar no País na obtenção da casa própria.

Diante da justificativa que ora se esboça, conclamo os nobres Pares para que dêem seu indispensável apoio à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida, Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a aprovada.

Solicito ao Senhor 1.º Secretário a leitura do Expediente que se encontra sobre a Mesa.

Não havendo Expediente, e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. (Lê):

O esquerdismo, já dizia um personagem histórico, é uma doença infantil. E o pior é quando ele acomete políticos profissionais, que deveriam se pautar pelo bom senso para defender o mandato que lhes foi confiado pela população.

E a história se repete. Hoje, o que vemos são políticos despreparados, que ainda não sabem de onde vieram, para que vieram e o que vão fazer. Dentro desse teatro de incerteza, desse cenário de dúvidas, desse desencontro, e, por que não dizer, desse choque existencial, assistimos a cenas grotescas que nos envergonham.

É a tentativa de desestabilização de uma classe que procura se firmar dentro de uma nação massacrada pelo autoritarismo. É uma classe ferida, judiada, que tenta restabelecer a credibilidade dentro de um processo democrático que, embora capenga, nos dá força para continuar.

E vêm esses políticos, teleguiados como os "mortais exocet", furiosos, tentar nos arrasar, aniquilar a instituição à que pertencem. Essa bandeira já não existe mais. O discurso é outro, nossa realidade é outra. Nossos filhos cresceram e nossa obrigação é crescer junto com eles.

Não podemos permitir que existam em nosso meio parlamentares que nem sequer apresentem projetos de lei, que cuidem de problemas mais sérios como por exemplo, a crise e a triste situação dos trabalhadores, apontando soluções que viabilizem a vida do povo brasileiro. O que vemos hoje, é um Deputado raivoso, destilando todo seu veneno em instituições sérias como é o caso do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, que há quarenta anos vem prestando serviços ao Estado.

Esse Departamento, vítima da ira do Deputado que lidera a Bancada do PT, ou sua própria bancada, é modelo na América Latina. E quem afirma isto não somos nós, mas uma instituição internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Companheiros:

A cena se repete: estão tentando desestabilizar o Poder Legislativo para dar margem a um novo golpe militar e continuar na berlinda com discursos ultrapassados. As críticas são construtivas quando baseadas em fatos reais e não em denúncias vazias, como as que recaíram sobre o D.E.R.

Parlamentar que troca ideologia política por uma farra em Santa Catarina, mais precisamente em Florianópolis, e bate o carro da Assembléia Legislativa, não merece o respeito da população paranaense. É, portanto, leviano quando acusa órgãos estatais, apenas porque alguma pessoa lhe passou informações. Que casa é essa, que partido é esse, que acusa, critica, baseado em dados infundados?

Senhores:

"O grande erro de certos políticos modernos consiste em aplicarem indistintamente aos povos em geral, às instituições mais liberais, sem atenderem a sua especial capacidade moral e intelectual":

O Deputado Estadual do PT é de uma in-

genuidade sem limites. Este é o meu pensamento, diante do comportamento desse Parlamentar e de suas denúncias vazias e totalmente inonsequentes. E é por essa razão que o cidadão acabou praticamente massacrado na sessão da última quarta-feira, causando seu intempestivo pronunciamento. Indignação entre todos os Parlamentares.

É ingênuo e de má fé.

Quanto às denúncias de irregularidades no Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, (DER) temos a responder o seguinte:

#### 1. Quanto à Seção de Materiais Inservíveis:

O DER, há mais de quarenta anos, movimenta todo um equipamento pesado na construção, conservação e restauração de rodovias. Ocorre entretanto, que esses equipamentos têm vida própria e útil. Quando ocorre o fim dessa vida, tais equipamentos são transferidos para os parques de inservíveis. Era praxe, até há alguns anos atrás, vender tais equipamentos imprastáveis, através de hastes públicas.

De uns anos para cá, foi adotada uma nova política, para reaproveitamento desses equipamentos que, uma vez restaurados, são cedidos às Prefeituras Municipais, instalados em várias microrregiões, onde prestam inestimáveis serviços às municipalidades do interior.

Atualmente, é realizado um trabalho de localização de materiais de consumo e outros, em carga nos vários setores. Trata-se de um trabalho de rotina, uma auditoria interna, que é realizada em todas as unidades administrativas para a compatibilização de sua carga patrimonial. Ora são cinco mil funcionários em toda a estrutura do DER, espalhados entre a sede e suas unidades do interior. Sua carga patrimonial se compõe de mais de oitenta mil itens.

Essa auditoria, que repito é rotineira, visa informatizar o controle da carga patrimonial.

Quando ainda esse trabalho estava em andamento, os resultados então obtidos para o relatório final, foram maldosamente surrupiados por um funcionário desonesto e interessado em obstruir o avanço do Órgão que o empregou. Lamentavelmente esse mau servidor não prejudicou apenas o DER, mas todo o Estado, e sua própria imagem, pois como Judas dos tempos modernos, não avaliou todo o mal que produziu, inclusive para o Deputado que acolheu suas levianas e mal construídas denúncias.

Claro, agora há necessidade de recomeçar, desde o início, todo o trabalho para que o DER possa localizar em qual unidade se encontram equipamentos, que, seguramente, estão prestando serviços aos municí-

pios do interior.

O Deputado que disse terem desaparecidos caminhões, motoniveladoras e dragas, certamente deve com urgência deixar de acompanhar os shows de ilusionismo de David Copperfield.

#### 2. Sobre o Grêmio dos Funcionários - "GRE- DER"

A existência do GREDER (Grêmio Recreativo e Esportivo dos Funcionários do DER) fundamentou-se na necessidade de preencher-se uma lacuna que havia no que toca ao entendimento dos funcionários do Órgão de menor poder aquisitivo. Ora, se a Diretoria e os Engenheiros do DER, já possuem uma área de lazer no bairro do Tatumã, o Clube dos Engenheiros do Paraná, era absolutamente natural e coerente, à implantação de uma associação para congregar a grande família rodoviária, hoje atingindo cifras superiores a cinco mil funcionários. Outros órgãos do serviço público agem assim em relação ao seu pessoal de menor poder aquisitivo. Portanto, a denúncia não teve nenhum fundamento ético e moral.

A preocupação com o bem-estar de toda a família rodoviária é que fez com que um grupo de empresários, numa atitude louvável e talvez única no gênero, doasse aos funcionários do Departamento, uma área para a instalação do Grêmio Recreativo e Esportivo dos Funcionários do DER. A utilização das instalações é aberta a todos os funcionários-sócios daquele Grêmio.

#### 3. Quanto à Instalação da Bomba de Alcool na Sede do DER.

Segundo esclarecimento do DER, em conformidade com o Decreto Estadual n. 5.642/85, o DER formalizou e homologou a Carta Convite de n. 174/86, datada de 15 de agosto de 1986, com o objetivo de escavação de um fosso e instalação de tanques de combustíveis à álcool, na sede, a qual foi vencida pela firma CONEX - Construção e Empreendimentos Mobiliários Ltda., pelo valor de Cz\$ 81 mil.

Quanto ao DER possuir equipamentos e funcionários que estranhamente poderiam fazer tal serviço, aquele Órgão ressalta que na Sede funciona apenas a Administração e os equipamentos estão no Interior, e é mais racional contratar serviços no local.

O DER., esclarece, também, que no dia 04.12.84, formalizou contrato com a EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, sob o n. 073/84 (EMOPAR PADRÃO 01) - Cópia em Anexo - tendo por objetivo a prestação de serviços especializados relativos à execução de obras de reforma das instalações

elétricas que se encontravam em estado bastante precário, causando excessivos curto-circuitos no Edifício "Oswaldo Pacheco de Lacerda", sede do DER, bem como outros serviços que viessem a ser solicitados dentro dos objetivos sociais da EMOPAR.

A EMOPAR, por sua vez, através de licitações próprias, contratou a firma ELCO - Engenharia de Obras Elétricas, para a execução dos serviços em questão, os quais, portanto, foram contratados e fiscalizados pela EMOPAR, no período de fevereiro a maio de 1985.

O DER ressalta que a firma CONEX, não executou serviços de reforma elétrica no prédio de sua sede.

#### 4. Outras Irregularidades - Outras Denúncias.

##### Cobranças de Diárias Frias:

Mais de uma denúncia vazia, sem base e fundamento, o que mostra o despreparo do parlamentar, de um Deputado que representa ou quer representar os trabalhadores do nosso Estado acerca das questões administrativas de um órgão como o DER, que fiscaliza obras em todo o Paraná e, para isso, seis técnicos e engenheiros se utilizam de diárias para pernoite e alimentação, a exemplo de outros órgãos executadores da administração pública. É um grande absurdo um Deputado questionar um assunto dessa ordem, quando é de toda a natureza, de todos os órgãos, federais e estaduais.

##### Irregularidades Acusadas na Medição de Afalto.

Pelo ilustre Deputado Pedro Tonelli, representante único do PT nesta Casa o DER questiona: Talvez o Deputado queira se referir à alguma deficiência no setor de Fiscalização de Obras Rodoviárias, porém, é bom que se diga: O DER tem hoje uma estrutura altamente eficiente nesta área, considerada modelo por Órgãos Nacionais e Internacionais como: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, não sendo possível, pela própria estrutura existente, as irregularidades afirmadas.

##### Jogos de Baralho:

Por uma questão de direitos humanos (afinal, que País é este que proíbe a seus funcionários leitura e mesmo jogos que se realizem em horários fora do expediente normal - almoço -, ainda que nas dependências do trabalho), o DER não pode nem deve sequer tomar conhecimento se a questão não interferir no rendimento do trabalho dos funcionários. Trata-se também de outro questionamento que objetiva,

principalmente, denegrir e com isto tumultuar o bom andamento do serviço público.

##### Funcionários Corruptos:

Aqui denunciado, neste Parlamento, pelo Líder Único do PT.

Todos os casos de corrupção denunciados ao DER são investigados e tomadas as medidas cabíveis, inclusive com demissões sumárias dos envolvidos. O DER ficaria satisfeito se o ilustre Deputado enviasse, por escrito, os nomes dos "funcionários corruptos" para que a Direção do Órgão fizesse a investigação e tomasse as providências, pois assim estaria de fato colaborando com a administração estadual. É outra denúncia que fica no vazio por estar embasada justamente em inverdades.

Eu lamento, Senhor Presidente e Senhores Deputados a ausência do ilustre Deputado Pedro Tonelli que eu gostaria que estivesse presente nesta tarde para que reafirmasse o que disse porque se nós estamos aqui fazendo denúncias da realidade, se nós estamos defendendo com documentos que comprovam a realidade.

##### Remanejamento de Funcionários:

Segundo informa o DER; o órgão adota o Sistema de Remanejamento que atende aos interesses de caráter técnico da Administração do seu Departamento, e é um fato rotativo no órgão, em todo o seu período de existência. Recentemente, o DER promoveu um remanejamento de caráter abrangente em toda a sua área de conservação. Este questionamento é inviável, e eu citaria o exemplo do BANESTADO também está fazendo um remanejamento dos seus Gerentes, assim como a Secretaria de Segurança está fazendo, com os Delegados de Polícia do Estado.

##### 5. Campo Mourão:

Corre na Justiça uma Ação Popular, impetrada pelo Advogado Alberto Contar. O DER por sua vez, aguarda resultado da ação para tomar as medidas cabíveis. Seria inviável, no momento em que ocorre a ação, o Departamento tomar procedimento administrativos paralelos e de menor peso legal, com sindicâncias.

A afirmativa de que o Diretor do DER se furta a receber a intimação da Justiça é inverídica. Uma vez que o Departamento ainda não foi intimado, já que o Autor não cumpriu com suas obrigações jurídicas no que diz respeito ao preparo da precatória.

A Direção Geral do DER esclarece que as denúncias escritas (bilhetes) serão encaminhados à Delegacia de Polícia de Campo Mourão por se tratarem de denúncias de roubo, para verificações necessárias.

##### 6. Maringá:

A afirmação não é verdadeira, o DER explica que as empresas contratadas na região trabalham regularmente nos serviços para as quais foram contratadas.

Quanto à denúncia sobre desvios, o Departamento esclarece que precisa de maiores informações para tomar as medidas cabíveis.

Portanto, Senhores Parlamentares, o que acabamos de ouvir são esclarecimentos feitos por um Órgão sério, preocupado com o Bem-estar do nosso Estado. É um Departamento que merece, inclusive, o respeito de todos nós, dado seu desempenho nesses quarenta anos de existência e que coloca o Paraná numa situação privilegiada frente aos demais Estados da Federação.

Senhores Deputados:

A crítica é necessária. Mas, uma crítica com consciência e coerência, o que não ocorreu com o Líder Único neste parlamento, Deputado Pedro Tonelli, do PT, que pretende, volto a afirmar, desestabilizar não só um Órgão sério e competente como o DER, mas a nossa Casa.

Finalizando, quero citar as seguintes palavras "os críticos saqueiam muitas vezes as vítimas que esfaquearam. Prestai atenção para ver se pouco depois não aparecem, cobertos das vestes e jóias da mediocridade que eles executaram publicamente".

(Termina de ler).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A leitura que fizemos deste pronunciamento nesta tarde são documentos que procuramos ver de perto no Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná- DER, em face da acusação do incompetente Deputado representante do PT nesta Casa. Lamento mais uma vez a sua ausência neste Plenário. Estamos aqui com os documentos para que houvesse por parte do ilustre Deputado denunciante, um debate nesta Casa, nesta tarde, para que tivéssemos a oportunidade de provar ao povo do Paraná os fatos reais. E se tenho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses documentos que comprovam, eles não foram roubados do DER do Paraná; esses documentos foram pegos através da mão deste Deputado. Tal não ocorreu com os documentos usados pelo Líder do PT, que foram roubados dentro do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. Isso passa a confirmar certos dados e passo a acreditar, realmente, que dentro do PT existem os grandes ladrões de bancos, e até os grandes ladrões de documentos de Órgãos do Governo do Paraná.

Essas são afirmações Senhor Presidente, Senhores Deputados que estão documentadas aqui, nesta tribuna, para exame de qualquer Parlamentar desse Poder Legisla-

tivo. E quero nessa oportunidade, dizer que sou testemunho do grande trabalho executado durante o período em que tive a felicidade de acompanhar na Secretaria de Estado de Transportes do Paraná, o atual Ministro e ex-Secretário Deni Schwartz. E hoje, o nosso Secretário, Doutor Heinz Georg Herwig, que vem condignamente correspondendo aos anseios e as aspirações da população do nosso Estado, à frente da Secretaria de Estado de Transportes. Disso tudo fui testemunho no período de 1982 a 1986, e hoje continuo sendo, graças ao povo do Paraná, que em mim mais uma vez depositou a confiança, para que aqui nesta tribuna, e neste Parlamento, eu continuasse a defender as grandes causas de interesse da nossa comunidade. E aqui nós o faremos desinteressados de qualquer vaidade pessoal, a não ser o compromisso que assumimos como Deputado Estadual, de defender os interesses do povo do Paraná e não permitir críticas infundadas de pessoas mentirosas, incompetentes, que vieram a este Poder através de demagogias, de mentiras, enganando os humildes trabalhadores. Hoje tenho pena de você, trabalhador, que infelizmente, trouxe à Assembléia esse representante do PT, um Partido que procura desestabilizar a Nação brasileira, procurando fazer greve em todos os setores, quando o País precisa é de solidariedade desde a criança, do trabalhador mais humilde, até o profissional liberal, para que possamos juntos, de mãos dadas, vencer as grandes crises que este País hoje enfrenta.

Porque não podemos estar somente preocupados com a nossa população adulta, mas temos que estar preocupados também com a criança e a juventude de hoje, que serão o grande futuro de amanhã. E é isso que precisamos: resgatar a credibilidade política, para que o Deputado Estadual, o Deputado Federal, o Senador da República e até mesmo Sua Excelência o Presidente da República, o Vereador e o Prefeito. Resgatar a credibilidade nos homens públicos, porque hoje, nós Parlamentares estamos vivendo situações difíceis, momentos difíceis e a classe política passa a ser desacreditada por pessoas irresponsáveis, como o Líder do PT, nesta Casa, tentando confundir a sua incapacidade e irresponsabilidade, jogando nos ombros de outros, a responsabilidade disso atingindo a grandes Parlamentares, tanto do PMDB, como do PFL, do PDT, e do PTB.

Nós não podemos permitir tais coisas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por parte desses incompetentes, mancomunados com pessoas que roubam documentos e até passo a me preocupar com a minha carteira nesta Assembléia Legislativa do Estado, apesar de ter pouco dinheiro, porque dizem

que Deputado ganha uma fortuna, mas, na verdade, nós estamos pagando para sermos Deputados, porque atendemos a nossa população. Nós atendemos o nosso povo, e se falamos que defendemos o trabalhador, não é apenas através de demagogia. E se me preocupo com a minha carteira, eu me preocupo, não com vocês, mas com os homens do PT, que assaltam bancos e roubam documentos do Estado.

E é isto Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero afirmar nesta tarde que assumi um compromisso na minha vida; se escolhi o caminho da política, é porque achei que devia ser um homem público e continuarei defendendo a população do meu Estado, continuarei defendendo o meu País.

Mas, não vou permitir que pessoas irresponsáveis venham tentar desmoralizar a imagem de um Parlamento, de um governo, pois aí está a toda prova, o Governador do Paraná, Álvaro Dias, por quem tenho grande respeito e admiração, e do qual honro-me em ser vice-líder, porque ser vice-Líder de um Governo que está moralizando o Estado, como o de Álvaro Dias, é um orgulho para o Paraná, é um orgulho para a Bancada do meu Partido e é um orgulho para este Deputado e até mesmo para os Senhores Deputados de outros Partidos.

É esta a Missão: assumi essa responsabilidade e Deus me iluminou no caminho da vida pública.

Mantendo a minha postura, continuarei defendendo os oprimidos, lutando ao lado daqueles que falam a verdade, ao lado daqueles que são homens honestos e sérios, como os que há aqui nesta Casa, grandes Parlamentares, pelos quais tenho grande admiração.

E é isto Senhor Presidente, Senhores Deputados. Além de defender a minha integridade como Deputado, de defender a integridade do meu Estado, também defenderei a integridade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra a representação do PMDB.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PT.

(ausente).

Não se encontrando em Plenário, com a palavra a representação do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio

Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"As pequenas concessões, a quebra sistemática de princípios e regras morais, o descumprimento das obrigações cívicas e a impunidade contumaz estão se tornando uma triste realidade na vida administrativa de nosso País.

Com raríssimas exceções, nossos Governantes deixam de nortear seu comportamento por princípios éticos, esquecendo-se que, antes e acima de tudo, deve prevalecer o interesse público. O que se vê com frequência; é a desídia prevalecendo, o facciosismo imperando, a irresponsabilidade campeando.

A ausência de bons exemplos, de parte daqueles que detêm o poder, traz como consequência natural a completa degeneração dos costumes políticos. E essa falta de escrúpulos e de respeito à coisa pública acaba resultando no distanciamento do povo, que de tanto se ver traído, prefere alheiar-se a tudo, colocando-se à margem dos fatos e dos acontecimentos.

Assim, embora nos revoltam, como de resto à toda a população, não nos surpreendem mais as notícias de corrupção num e noutro setor da administração pública. E não nos surpreendem porque, no mais das vezes, até mesmo para torná-las conhecidas, o que realmente predomina é o interesse quase mórbido da auto-promoção, é o desejo de ocupar espaços nos noticiários, de praticar o vedetismo, como se coibir abusos e punir culpados não fosse obrigação de quem dispõe de poder e mando!

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesse clima e nesse contexto e em meio ao lodaçal em que vivemos, uma praga que vem encontrando, mais que nunca, campo fértil para proliferar, aqui e em todo o nosso indefeso País. Praga essa representada pelos jogos de azar, em suas diversas formas e modalidades.

Pior ainda é que, para se tentar mascarar a realidade, atribuiu-se ao jogo caráter de poção mágica, como se fosse ele capaz de acabar com os problemas sociais que nos afligem, problemas esses decorrentes, em grande parte, da incapacidade ou até mesmo do descaso do próprio poder público. E aí, ganha foros de atividade beneficente tanto o jogo-contravenção, que embora proibido é tolerado e praticado abertamente, como o jogo-legal ou legalizado, que é bancado por órgãos ou instituições oficiais.

O Jogo-do-bicho é exemplo típico dessa praga que hoje viceja em todos os meios, graças à tolerância oficial, à conivência de autoridades mal intencionadas e à corrupção policial, que gera e alimenta.



Em termos de malefícios ao bolso e ao caráter das pessoas, não ficam atrás, porém, os jogos oficializados, as loterias, em suas diversas formas e modalidades. E some-se aos prejuízos citados, o fato de que os recursos por elas arrecadadas estão sempre envoltos em mistério... aliás, mistério que também envolve, sempre, a aplicação do montante desses recursos. Não se publicam os resultados financeiros, nem tampouco a relação das instituições ou obras sociais contempladas, de forma que o povo, diretamente, ou, pelo menos, os seus representantes, nas diversas casas legislativas, possam conhecer e analisar de que maneira tais recursos - sempre vultosos - estão sendo aplicados.

O que se percebe desde logo é que, num ou noutro caso, o jogo traz sempre maiores males que benefícios. Acarreta sempre maiores prejuízos que as poucas e discutíveis vantagens eventualmente proporcionadas. Contribui, sobretudo, para minar e destruir a formação moral do povo, erodindo às resistências daqueles que o praticam ou daqueles que, de uma forma ou de outra, estão sujeitos à sua deletéria ação.

Apesar de tudo, não há como ignorar a força do jogo e dos que o bancam, especialmente do jogo-do-bicho, há muito afrontado e desafiando as leis em vigor e mesmo lançando por terra todas as tentativas para se oficializar a prática. Oficialmente na clandestinidade, mas sem qualquer repressão efetiva, o jogo-do-bicho ganhou mais força ainda em nosso Estado a partir do último Governo, quando as extrações passaram a ser feitas duas vezes por dia.

Em razão dos abusos que se cometem, não me resta senão defender a oficialização do jogo-do-bicho, pois só assim o estado poderia arrecadar as grandes somas que hoje são embolsadas por meia dúzia de banqueiros, alguns até de outros Estados, mas que, encontrando condições favoráveis, não titubearam em estender até o Paraná seus poderosos tentáculos. A oficialização, se não descaracteriza o jogo, como vício, ao menos poderia minorar-lhe um pouco os efeitos.

Sabemos todos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a tolerância ao jogo não é coisa nova. Mas, impossível é negar que justamente no atual Governo, é que vem apresentando conotações até então desconhecidas. De fato, é o mesmo Governo que prega o combate aos abusos, à corrupção, à dilapidação do patrimônio público, é esse mesmo Governo que se mostra mais complacente, para não dizer mais participativo, pois aceita e se dispõe a dialogar e a negociar com os contraventores.

Sobre esse verdadeiro escândalo, aí estão as notícias ganhando espaço na im-

prensa diária do Estado. Notícias como aquela publicada no último dia cinco pelo insuspeito jornal "Indústria e Comércio", revelando até mesmo a existência de uma conta no Banco do Estado do Paraná, agência Comendador Araújo, em nome de uma estranha Associação de Servidores Comissionados. Conta essa, na qual, diariamente, graças às "negociações" havidas com assessores governamentais, seriam depositadas comissões do jogo-do-bicho, conforme aqui já mencionou o ilustre Deputado Rafael Greca de Macedo em recente pronunciamento.

Assim, ao invés de combater a contravenção em obediência às leis em vigor, ou, ao menos, ao invés de abrir luta a favor da oficialização do Jogo-do-Bicho, o que faz o Governo do Paraná? Pasmem os Senhores, o Governo que tanto prega a moralização, prefere "Negociar" com os banqueiros do "BICHO", a ponto de deixar que venha a público informações como a da existência de conta bancária para depósito da "Comissão" devida pela tolerância, pelas vistas grossas, assim como o valor dessa mesma comissão, que seria de 9%...

Diante disso, não é de estranhar que ainda agora, esta casa acabe de aprovar projeto, instituindo no Estado, uma nova Loteria de Números, como se já não bastasse as muitas loterias existentes. Ora, se a intenção é angariar recursos, por que não encetar um movimento nacional pela oficialização do Jogo-do-Bicho, ficando a exploração e a aplicação dos seus vultosos recursos sob a responsabilidade do Estado? Por que não retirar-lhe de vez o caráter de contravenção e, mais que isso, não acabar com o privilégio dos poucos que o exploram, enriquecendo-se e corrompendo setores da Administração? Não seria essa uma forma séria de enfrentar dois problemas graves a falta de recursos para obras sociais e o fim do desrespeito à lei?

Por tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, resta-nos a angústia de indagar o que esperar de um País cujas leis são afrontadas pelas próprias autoridades, por aqueles que deveriam ser os primeiros a cumpri-las e a fazer que sejam cumpridas, conforme juramento feito ao assumirem suas funções!?

É deveras desalentador a constatação de que, muitas vezes, é o governo o primeiro a incentivar o desrespeito às Leis, a promover a desmoralização das Leis, quando não, a tripudiar sobre as leis!

E é justamente o que acontece quando governos participam, direta ou indiretamente, dos resultados de uma atividade ilícita ou ilegal, sob a inconsequente e absurda alegação de que não há como combater a prática contravencional ou criminosa, tentando, com isso, justificar a velha

e suspeita teoria de que os fins sempre justificam os meios...

Não, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não é possível admitir ou pactuar com um desatino desses. Afinal, as denúncias aí estão, agredindo nossas conseqüências e não podemos deixar que simplesmente caiam no esquecimento. As denúncias aí estão, publicamente formuladas, sem que haja, de parte do Governo Estadual, um esclarecimento convincente ou um desmentido claro, peremptório e, mais importante ainda, oficial, de forma a destruir as evidências e a rebater, com argumentos sérios, as insinuações ou acusações.

Não é possível que a tudo isso, nós, legisladores continuemos assistindo, impassíveis e omissos, como se também concordássemos com esse deplorável Estado de coisas! Com esse quadro de total degeneração dos costumes e de sistemático desrespeito às normas legais, em razão de interesses pessoais de grupos ou de organizações político-partidárias.

Exatamente por isso aqui estou, hoje, para me posicionar contra a jogatina desenfreada, pela oficialização do jogo-do-bicho e contra a instituição da nova Loteria de números, no Estado, cujo projeto espero não obtenha a sanção governamental.

Mas aqui estou, também, Senhor Presidente, sobretudo para cobrar do Governo do Estado uma definição clara e tranquilizadora sobre o que realmente está ocorrendo em nosso Paraná. Sobre o que realmente existe por detrás das notícias a respeito de entendimentos havidos entre a administração estadual, o PMDB e os donos do jogo, conforme reiteradas notas da imprensa.

É preciso que o Senhor Governador, tão preocupado em aparecer diante dos refletores das televisões para denunciar erros de auxiliares seus em episódios de somenos importância, se comparados a grandes escândalos, ainda não esclarecidos, como o dos dólares, do Banco Del Paraná, da reflorestadora Banestado, da Claspas e outros, venha a público, com igual veemência e disposição, esclarecer o que realmente se esconde atrás de todas as estórias que correm à boca pequena, envolvendo o Governo e o Jogo-do-Bicho.

É hora do Governo do Senhor Álvaro Dias assumir o que faz, mostrando na prática a transparência que tanto apregoa."

(termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra a representação do PL.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PDT.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Resolução n. 38/87, seja também relatado quanto o seu aspecto constitucional pela Comissão Geral da Assembléia em data de hoje. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, de acordo com o parágrafo 4., do Artigo 103, do Regimento Interno. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 38/87, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI e OUTROS, que determina a sustação de processos crimes contra o Deputado Algaci Túlio, na forma que especifica.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 38/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art.1.º - Fiquem sustados, nos termos do disposto no § 3.º do artigo 12, da Constituição Estadual, os processos crimes, objetos das apelações ns. 191/86 e 135/87, e a ação penal n. 04/87, em que é indiciado o Deputado Algaci Túlio.

§ Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI  
VALDERI MENDES VILELA  
ANIBAL KHURY  
ANTÔNIO COSTENATO NETO  
ALEXANDRE CERANTO  
DAVID CHERIEGATE  
JOÃO ARRUDA.

**JUSTIFICATIVA:**

A imunidade processual de parlamentar, surgiu com a Constituição de 1891, e foi mantida nas Constituições de 1934, de 1937, de 1946 e até no texto da de 1967, promulgado em plena era do arbítrio que se instalou no País.

A imunidade justifica-se na medida que protege, não o homem em si, mas o homem investido no cargo de deputado, investido no mandato que foi conferido e outorgado pelo voto soberano e popular, para que possa o parlamentar, livre, desincumbir-se de sua missão cívica.

No caso específico do Deputado Algaci Túlio, que todos conhecemos como um defensor intransigente das causas da segurança pública, da probidade administrativa, entre outras, justifica-se a providência mais ainda, de vez que, nos processos crimes que é indiciado, o fato da instauração foi a sua defesa apaixonada de ideais indiscutíveis e legítimos.

Aprovado o projeto pelos nobres Pares, confirmar-se-ão a independência e as prerrogativas do Poder Legislativo, porque tanto lutamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, para relatá-lo.

O SR. VALDERI MENDES VILELA. Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Parecer ao Projeto de Resolução n. 38/87, de autoria do Deputado Antonio Belinati e outros, que concede a sustação dos processos crimes em andamento contra o Deputado Algaci Túlio, baseia-se na imunidade processual dos Parlamentares, conquista constitucional antiga, que visa preservar a integridade e a unidade do Poder Legislativo, respeitando a vontade popular que conferiu o mandato de Deputado.

Desta forma, fundamentado nas exposições do artigo 32, parágrafo 3.º da Constituição Federal e artigo 12, parágrafo 3.º, da Constituição Estadual, combinados com o artigo 127, parágrafo 4.º, inciso 1.º do Regimento Interno, entendemos não haver óbice legal à aprovação, pelo que opinamos favoravelmente.

Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em discussão. Em votação o parecer. APROVADO.

Em votação a Resolução 38/87. Em discussão. Em votação. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 106/87, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 54/87), que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e dá outras providências.- (Publicado no D.A. n. 69, de 22.06.87 - Mensagem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa para relatar sobre a constitucionalidade.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Plano de Lei em questão, encaminhado a esta Colenda Casa por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através de Mensagem n. 54/87, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de créditos bem como prestar fiança, aval ou outras garantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da administração direta e indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender as despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991. Dos termos da justificativa governamental verificamos que a medida virá proporcionar a consolidação de uma infraestrutura compatível com as nossas necessidades, além de desempenhar o papel de gerador de empregos.

Deve-se salientar a limitada capacidade dos Estados em conduzirem programas de investimentos quando em ampliação das atividades que prestam atendimento à comunidade com recursos exclusivamente próprios. Além disso, a atual conjuntura financeira internacional, aliada aos problemas nacionais - como as altas taxas de inflação, deverão restringir a possibilidade de obtenção de recursos de terceiros para financiamento dos programas estaduais.

No plano legal a matéria não encontra impedimento legal e constitucional à sua aprovação por esta douta Comissão de Constituição e Justiça - chamada a opinar - como bem demonstram os dispositivos 25 e 26 da Constituição Federal e 47, inciso 1.º da Constituição Estadual. Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei em exame.

é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão, em votação, APROVADO o Parecer.

O SR. RAFAEL GRECA - Meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado o voto de Vossa Excelência.

O Sr. Deputado Erondy Silvério está com a palavra para relatar o Projeto sob o aspecto financeiro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes o nobre Deputado Rafael Greca, a quem tanto respeitamos, pela sua cultura, pela sua inteligência, perguntou: "você vai dar o parecer favorável a essa matéria?" Eu disse: "olha, Deputado, nenhum Governo, nenhum país do mundo vive sem empréstimos". Afirmo-o porque os governos, através de Mensagem encaminhada ao Poder Legislativo, apresentam a proposta orçamentária, que é uma proposta anual e plurianual. É evidente que os recursos gerados através da tributação estão vinculados àquela programação aprovada dos orçamentos. E quando o país vive uma situação como vive o Brasil, com a economia em frangalhos, com a moeda aviltada é evidente que nenhum governo pode apenas com a sua carta de intenções - que se transforma e transformou os orçamentos públicos neste País - gerir a coisa pública.

Então, todos os governos lançaram mão deste recurso como o está fazendo o Governador Álvaro Dias. O importante não é o Estado contrair empréstimos, o importante é que esses empréstimos não excedam a capacidade geradora de arrecadação do Estado. E o Paraná está compatível neste ponto, está enquadrado dentro das normas preconizadas pelo Senado Federal. E o mais importante ainda é que o dinheiro proveniente dos empréstimos seja aplicado em obras de infra-estrutura, obras que possam, no futuro, além de proporcionar o bem-estar da coletividade, trazer o retorno desse dinheiro através do aumento de arrecadação.

Por isso os empréstimos, quando aplicados em obras de infra-estrutura, são sempre bem-vindos, são bem recebidos. E é a tônica, é a técnica de que se servem todos os governos e todos agiram desta forma, não existe exceção no Paraná. Todos os governos que passaram pelo Palácio Iguaçu viveram à base de empréstimos externos, e o Governador vem solicitar autorização Legislativa para conceder aval a empréstimos internos, porque nós sabemos que é difícil a conjuntura internacional do país, a qual não permite que os estados lancem mão da

área externa para satisfazer as suas necessidades financeiras na área de educação, saúde, saneamento, agricultura, enfim, os reclamos da comunidade paranaense.

Eu fiz esta rápida análise, Sr. Presidente, para justificar o nosso parecer e, damos este parecer de plena consciência. Ora, se o Governo quisesse emprestar dinheiro para construir "fontes luminosas", é evidente que nós daríamos parecer contrário. Mas, o empréstimo destina-se a uma programação de obras de infra-estrutura que vão gerar empregos, absorver mão-de-obra. Imaginem se as empreiteiras do Estado do Paraná pararem, se os programas governamentais de obras forem suspensos. Será o caos! Nesta difícil conjuntura em que vive o País, com o pior governo que nós tivemos na história do Brasil gerindo os destinos do País, se o Estado do Paraná não buscar os seus próprios caminhos através da juventude, da coragem, da inteligência, do espírito público do seu Governador, será o caos na economia paranaense. Não há nem o que discutir na mensagem do Governo.

Por isso, nós exaramos o parecer, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, de forma sucinta, dizendo que o Governo do Estado está obedecendo os limites estabelecidos pelo Senado Federal e obedece também às regulamentações de forma a atender as despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987/1991.

O nobre Deputado Edmar Luiz Costa exarou um brilhantíssimo parecer na CCJ.

Não há mais o que opinar sobre a matéria quanto à sua legalidade e à sua constitucionalidade. Mas, sobre o aspecto financeiro, entendeu a Comissão de Finanças que o Plano de Lei em exame está devidamente justificado e de acordo com as normas constitucionais. Isso só, é importante.

Então, não há óbice nenhum, Sr. Presidente, para que esta Casa forneça ao jovem Governador do Paraná os instrumentos necessários para que ele possa cumprir a plataforma política que ele anunciou ao povo do Paraná, em 1986.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o parecer. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) - É uma feliz coincidência a presença neste recinto da Assembléia Legislativa do Paraná do Sr. Secretário sub-Chefe da Casa Civil, colega e suplente, dileto amigo na Câmara Municipal de Curitiba, Sr. Neivo Beraldin, porque assim terá o Palácio Iguaçu ouvidos maiores ainda do que os da

Bancada da Situação neste plenário para dizer ao Sr. Governador das nossas intenções e da justificativa do voto contrário ao presente Projeto de Lei que hoje se discute. E que parece passará por unanimidade, nesta Casa depois deste rito sumário que, aliás, é regimental.

Rito sumário que faculta ao Poder Executivo uma maleabilidade para obter recursos e o beneplácito desta Assembléia, tratamento que tantas vezes não nos dá o Poder Executivo quando se nos fulmina os projetos ditos de iniciativa financeira com base no artigo 47 e no artigo 25 da Constituição do Estado do Paraná. Se o Governo do Estado não tem a mesma benevolência com o Poder Legislativo, a partir do momento em que imediatamente são fulminados os projetos ditos de iniciativa privativa do sr. Governador, eu não sei por que, nós, enquanto Poder Legislativo e enquanto Poder Fiscalizador do Sr. Governador, precisamos dar-lhe uma carta branca até 1991, para que aumente a capacidade de contrair empréstimos e de endividamento, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado com relação ao que nós Deputados abdicando do que vai prescrito no Artigo 21 da Constituição do Estado; este Artigo 21 que diz, com muita propriedade: "Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, votar o orçamento, as Leis tributárias e os programas plurianuais de investimento, e dispor sobre a dívida pública estadual e autorizar a abertura de operações de crédito."

Parece que, neste momento, me dizia uma repórter que ia à pauta da Assembléia sem sal e sem sabor, se podia eu dar uma entrevista sobre a quantas andava o nosso cardápio de decisões aqui neste Plenário. Parece que, neste momento, a partir da aprovação deste diploma, é claro que o Governador também não está ganhando a alforria da Federação e deve ficar prescrito às determinações do Senado Federal, e vem aqui, baseando a sua Mensagem numa Resolução assinada pelo Senador Magalhães Pinto, de 1975, com um Projeto de Resolução do Senado Federal, que diz o seguinte: "que o montante do endividamento dos Estados e dos Municípios não poderá exceder a 70% da receita realizada no exercício financeiro anterior e que o crescimento real, anual, da dívida não poderá ultrapassar a 20% da receita realizada e que o dispêndio anual com a respectiva liquidação não poderá ser superior a 30% da diferença entre a receita total e a despesa corrente realizada no exercício anterior e que a responsabilidade dos estados e dos municípios, na emissão de títulos de dívida pública, não poderá ser superior a 50% do teto fixado nesta Resolução."

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, não se trata de tentar aqui impedir que o Governador realize obras de infraestrutura. Pelo contrário. Nós entendemos que o jovem Governador do Paraná, vai usar a expressão do sempre sábio Deputado Erondy Silvério, há de ser um sementeiro de obras por todos os horizontes do Estado! É assim que nós queremos, inclusive para evitar a impertinência com que ontem esta Assembléia, num cochilo, andou aprovando que o Paraná seja fragmentado, criando-se o Estado do Iguaçu, o que não tem razão nenhuma de ser. O Estado do Iguaçu pegaria um pedaço do Contestado, o qual nós já perdemos em 1915, perderia ainda toda a terra que vai da região de Laranjeiras do Sul até Guaíra, tirando uma boa fatia do nosso Paraná!

Queremos que o Governador responda com obras, que seja um Governo forte, fecundo e valoroso. Queremos que o Governador contraponha a atual condenação de seu Partido nesta época do Cruzado "brega", porque se foram os Deputados, a maioria dos Deputados desta Assembléia, eleitos à época do Cruzado "chique", aquele no qual as pessoas acreditavam, hoje vivem e governam na época do Cruzado "brega".

Queremos mesmo que o Governador supere as adversidades deste tempo que vão ponteados pelo Cruzado "brega". Mas eu voto, Sr. Presidente, e peço à Bancada da Oposição que vote em advertência à independência deste Parlamento.

Se o artigo 47, que dá ao Governador prioridade sobre a matéria financeira vale dentro desta Constituição, em vigor até o final do ano quando se completa o processo constituinte, o artigo 21, em seu inciso terceiro, também vale, e devem os dois Poderes se respeitarem mutuamente.

Não se trata de tentar deter o processo de governo do Estado, não se trata também de ser anti-paranista. Se trata, isto sim, de estabelecer com o Governador, com o Palácio, um saudável convívio de questionamento que faz da democracia a unidade na adversidade.

Por isso fica o meu voto de advertência, - quem sabe -, para que se evite mais tarde que se diga desta Assembléia, neste tempo de Cruzado "brega", que só restou a nós, Deputados, sermos os miseráveis "fiscais do Sarney", como aliás anda a Comissão Executiva por aí apregoando até sem nossa autorização.

Eu não me proponho a ser somente e tão somente "fiscal do Sarney". Muito menos me proponho a fechar o supermercado. Quero mesmo é exercer o que na Constituição vai de inteiro teor e direito. E por isso voto em advertência pelo permanente diálogo, e pelo permanente exame da capacidade de endividamento do Estado e não por essa procuração, que me parece de certo ponto até

leviana, porque é uma abdicação da Assembléia dos seus direitos de fiscalização.

Resta-nos agora, a porta do supermercado.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso, para encaminhamento de votação do Projeto de Lei n. 106/87.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao manifestar-me contrário, também, à proposição que se discute, quero inicialmente manifestar a minha surpresa até pela constituição ontem da Comissão Geral nesta Casa, impedindo assim que essa Mensagem fosse às Comissões Técnicas e recebesse lá os pareceres devidos. A bancada do PMDB já instalou aqui o artigo 37 e tem até uns parágrafos também, pois tem trinta e sete Senhores Parlamentares e mais algumas bancadas que os apóiam. Entendo não haver nenhuma necessidade de se criar uma Comissão Geral na Assembléia para dar os pareceres aqui no Plenário, quando os prazos permitiriam que essa Mensagem fosse votada neste período ainda, antes que entrássemos em recesso.

Mas, foi votada. O Plenário assim decidiu. Assim seja feito. O que nos surpreende, também, Srs. Deputados, muito embora respeitando os pareceres dos Srs. Relatores da Comissão de Finanças e da Comissão de Justiça, eu acho que se trata, também, até de uma desconsideração da Executiva para com o Legislativo. Aliás, neste particular nem nós podemos reclamar muito porque os próprios Parlamentares instituem aqui uma Comissão Geral.

Por que não encaminhar essa Mensagem, da maior importância, para as Comissões, para que lá os Deputados, na sua grande maioria do PMDB, examinassem e sobre a matéria exarçassem os seus pareceres e os seus votos?

Não! Tem de ser no afogadilho, tem de ser depressinha! Vejamos o que diz o artigo 1.º. Aliás, esta Mensagem só possui um artigo e um parágrafo único: "Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal, e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender as despesas de capital, programadas em atividades e Projetos contidos nos Orçamentos."

Vejam só os Senhores!

"Contidos nos Orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991".

Votada esta Mensagem, transformada em Lei a proposta do Sr. Governador, à Assembléia não será necessário se pronunciar até o término do Governo do Sr. Álvaro Dias!

Por que tanta pressa? E quanto envolve? E até onde vão os poderes do Sr. Governador? Qual é o limite do empréstimo?

Ainda hoje vamos votar uma outra Mensagem do Sr. Governador Álvaro Dias, onde ele pede suplementação de valores do orçamento de 1987. É lógico que o Orçamento de 1987 foi elaborado numa política bem pouco recente, inflação "0", não é? Então, era óbvio que se o reexaminasse, colocando novos números no orçamento do Estado. Mas, vejam os Srs. Parlamentares, o Orçamento para 1987, previa e que prevê recursos no orçamento atual, de Pessoal e Encargos Sociais, de Cz\$ 9 bilhões e 199 milhões. O Sr. Governador pede agora, nessa Mensagem que vamos votar logo mais, 33 bilhões para Pessoal e Encargos Sociais; de nove para trinta e três; nos Serviços da Dívida Ativa, valor orçado em três bilhões e setecentos e poucos milhões, pede Sua Excelência, agora valor reestimado de Cz\$ 13 bilhões e meio. É uma outra Mensagem,

O que é que significa, Srs. Deputados? Que o Governo pede uma suplementação de Cz\$ 35 bilhões, de um valor superior ao orçamento, que era de Cz\$ 27 bilhões? E não há, na Mensagem, alusão a uma obra sequer, um cruzado sequer para investimentos! Quero dizer com isto, que o Governador do Estado ou a sua assessoria, por respeito a esta Casa, devia dizer pelo menos... é uma oportunidade, já que esta Mensagem terá três Discussões, desta Assembléia conhecer realmente os valores, quanto devemos de dívida interna, e qual é nossa dívida externa. Porque a cada dia os valores mudam e esta Casa, a Assembléia Legislativa, que tem a competência fiscalizadora - única - não sabe, não recebeu até hoje essa informação oficial.

Além disso, o ilustre Deputado Erondy Silvério referiu-se às obras que o Paraná reclama e espera do jovem e simpático Governador Álvaro Dias. Eu não sou contra, porque o Paraná não é de Álvaro Dias, o Paraná é de todos nós paranaenses. Seria uma oportunidade para o Sr. Governador também dizer como se endividava o Estado. Quais as obras programadas? O que é que se vai fazer? Quando ao votar esta mensagem, eu chegando em meus municípios, o que vou responder aos meus eleitores e amigos? Deputado Basílio Zanusso, o Senhor votou uma mensagem autorizando o Sr. Governador a contrair empréstimos, negociar dívidas, oferecer responsabilidades do erário público até que valor? Quanto? A bem da

verdade, não sei. Quais as obras maiores? Também não sei. Vai ser difícil.

Portanto, pretendendo dar minha contribuição ao Estado do Paraná, obrigação que tenho por estar aqui há alguns anos, fazendo política decente, correta. Acho bom que o Governador do Estado, que se diz um moralizador por excelência, ele que tem uma vida parlamentar brilhante, que preste a esta Casa as informações mínimas necessárias. Já nem vamos entrar no aspecto legal, mas nós podemos abrir mão de conhecer agora, nesta oportunidade em que esta Casa vai se reunir por algumas vezes, qual a dívida interna do Estado? Qual a dívida externa? Bom, já que nós vamos obter empréstimos vultosos, o que é que nós vamos construir? Quais as obras prioritárias?

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concedo aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério, no encaminhamento de votação não é permitido aparte.

O Sr. Erondy Silvério - Eu pensei que Vossa Excelência ia ser condescendente, mas como não é possível fica para uma outra oportunidade.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Seria uma honra conceder aparte para o ilustre Deputado Erondy Silvério, mas provavelmente teremos oportunidade de fazê-lo nas discussões seguintes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n. 106/87.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão. Em votação. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 91/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 50/87), que altera os limites para abertura de créditos suplementares para a Administração Direta e Indireta, fixados na Lei n. 8.426, de 08.12.86, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 61, de 04.06.87 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 91/87

PARECER:

De autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 50/87), o Projeto de Lei em questão objetivo alterar os limites para abertura de créditos suplementares para a administração direta e indireta, fixados na Lei n. 8.426, de 8 de dezembro de 1986.

O Chefe do Poder Executivo justifica a medida proposta, em função da inadequação do orçamento estadual face à emergência de fatos novos, não só na economia, como também no campo político; aquela inflacionada em excesso, e esta modificada pelo novo governo que assumiu a 15 de março do corrente ano encontrando, portanto, um orçamento elaborado pelo governo anterior, em uma situação econômica diversa da que se apresenta.

No âmbito a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que o Projeto de Lei em tela preenche os requisitos constitucionais determinados no art. 25, § 1.<sup>o</sup>, alínea "a", bem como o art. 35, e art. 47, inciso I, todos da Constituição do Estado do Paraná.

Face ao exposto, somos levados a opinar favoravelmente à tramitação da matéria, bem como à sua aprovação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente;

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 091/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame origina-se na Mensagem Governamental n. 50/87 e altera os limites para a abertura de créditos suplementares para a Administração Direta e Indireta, fixados na Lei n. 8.426, de 08 de dezembro de 1986.

Objeto de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da mesma o necessário parecer favorável.

A medida visa adequar o Orçamento do Estado às necessidades impostas pela mudança do Governo do Estado e pelo recrudescimento da inflação. Por tais razões, torna-se necessário o seu ajustamento às novas condições econômicas, bem acima do teto de 10% definido nos artigos 8.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup>, da Lei n. 8.426.

Desta maneira, no que deve esta Comissão de Finanças definir, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 18.06.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente;

HOMERO OGUIDO

Relator



COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N. 91/87

PARECER:

Atendendo as disposições constitucionais vigente, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enviou à Assembléia Legislativa, Mensagem n. 50/87, submetendo à apreciação desta Casa o Projeto de Lei n. 91/87, que altera os limites para a abertura de créditos suplementares para a Administração Direta e Indireta, fixados na Lei n. 8.426, de 08 de dezembro de 1986, conforme especifica.

Sobre a matéria houve os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei tendo em vista que o mesmo visa uma reprogramação do Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1987, disposto na Lei n. 8.426, que foi elaborado com expectativa de inflação zero (junho de 1986), ainda sob o impacto das medidas do Plano Cruzado.

Desde então, o processo inflacionário acentuou, proporcionando crescimento nominal da Receita, decorrente da atualização permanente da base tributária. Isso não ocorre com a Despesa, cujas dotações estão fixadas pela Lei Orçamentária, havendo a necessidade, portanto, de seu ajustamento às novas condições econômicas, bem acima do teto de 10% definidos na Lei n. 8.426.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em  
(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente;  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 65/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que denomina de ANTÔNIO CASTRO LIMA a Rodovia que liga Altônia a Iporã, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 41/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ICARAÍMA", com sede e foro no Município de Icaraíma-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 38/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública o "PROJETO MENINOS DE RUA DE LONDRINA", com sede e foro no Município de

Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 23/87, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MISSAL", com sede e foro na Cidade de Missal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 16/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 02/87), que objetiva conceder à funcionária pública estadual Aline Teixeira Herbst, pensão mensal equivalente a 1,5 (um e meio) salário-mínimo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 15/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 01/87), que autoriza o Poder Executivo permutar os lotes ns. 04, 05, 06 e 07 com áreas que especifica, matriculados no 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes ns. 25, 26 e 14 da quadra 37, com áreas que especifica, do Ofício de Registro de Imóveis da 3.<sup>a</sup> Circunscrição Imobiliária da Comarca da Capital, de Propriedade do Senhor Alberto Abujamra. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 006/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n. 8.399, de 30/10/86, que cria o Município de Rosário. (Fica criado o Município de Rosário do Ivaí, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, sede na localidade do mesmo nome e, com divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 299/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá novas divisas ao Município de São Jorge do Patrocínio, criado pelo Lei n. 7474, de 22 de junho de 1981, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilton Barbosa, Ezequias Losso e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o adiantamento da discussão e votação para o Projeto de Lei n. 299/87 por cinco sessões. Aprovado. Fica portanto,



adiado a discussão e votação do Projeto de Lei n. 299/87 por cinco sessões.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 37/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade que autoriza a realização de plebiscito na área compreendida pelo atual Distrito Administrativo de Diamante D'Oeste, visando a criação do Município do mesmo nome. (Em anexo Projeto de Lei n. 126/85, de autoria dos Deputados Tércio Albuquerque e José Antônio Fonseca, que cria o Município de Diamante D'Oeste com território desmembrado do Município de Matelândia e divisas que especifica). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 50/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná - SEIC, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Public. no DA. 38 de 27.04.87.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 270/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores de São José dos Pinhais, com sede em São José dos Pinhais. Aprovado. (Public. no DA. n. 129/86 de 10.11.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 287/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Motoristas de Taxi do Município de Piraquara, com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba. Aprovado. (Public. no DA. n. 119/85 de 05.11.85)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando para que o requerimento de n. 1529, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, seja considerado insubsistente, em virtude de ocorrência de lapso regimental na sua apreciação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de registrar, em nome da Bancada do PFL, o meu voto contrário ao Requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para o Projeto de Resolução n.

37/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IBC, visando seja estabelecido o preço mínimo de Cz\$ 3.500,00 por saca de café beneficiado.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Ramos da Costa Almeida, ocorrido no dia 22 de junho do corrente ano, nesta Capital.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Nóbile Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eva Otto, ocorrido no dia 19 de junho do corrente ano, no Município de Cruz Machado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Ramos da Costa Almeida, ocorrido no dia 22 de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 10.<sup>o</sup> aniversário da Comunicare Criação Gráfica Ltda., que muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico de nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 035/87, anexado ao Projeto de Lei n. 209/86, que declara de Utilidade Pública a AJEB - Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a liberação de um microônibus para transporte de estudantes no Município de Paigandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência So-

cial, encarecendo sejam determinadas providências para a manutenção da agência do Fundo Rural do Distrito de Tamarana, Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Conglomerado BANESTADO, visando a instalação de uma agência da referida instituição no Município de Japira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A., visando a instalação de uma agência ou posto da referida instituição no Distrito de Lerroville, Município de Londrina.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando o calçamento das escolas da rede estadual de ensino do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica das estradas vicinais do Município de Atalaia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Firma Omark Industrial Ltda., pela inauguração da Fábrica Tekna, fabricante de correntes para bicicletas, na Cidade Industrial de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Governador do Estado e, Prefeito Municipal de Curitiba, pela inauguração da Avenida Manoel Ribas e "Via Vêneto", nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama - Lar Rotary, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo

auxílio financeiro para a Associação Regional de Assistência ao Menor - Guarda Mirim Masculina, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a construção de um novo prédio para o Fórum da Comarca de Ipiranga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um ramal telefônico para o Distrito Bairro dos França, no Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, objetivando a colocação de luminárias (braços de luz) no trecho da estrada que liga Ponta Grossa a Palmeira, situado nas imediações da localidade denominada Lago. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando a implantação do curso de 2. grau-regular-propedêutico, no período noturno, na Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro - Ensino de 1. Grau - Regular e Supletivo, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Ministro da Agricultura e Chefe da Casa Civil do Governo Federal, visando a reabertura dos Portos de Areia no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Justiça, Ministro da Agricultura, Chefe da Casa Civil, Governador do Estado, Secretário de Estado da Agricultura, Presidente da Federação da Agricultura e Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que se dê um prazo compatível para que possam desonerar-se compromissos junto às instituições financeiras. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da Vidraçaria Cometa, nesta Capital, cumprimentando pela criação e inauguração de uma creche para abrigo e atendimento assistencial aos filhos de seus funcionários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando auxílio financeiro para o Lar do Menor Dom Bosco, localizado no Lar Paraná, Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo para a possibilidade dos índices reais da inflação superarem os valores estabelecidos pela "tablita", trazendo assim sérios prejuízos aos comerciantes e empresários nacionais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando auxílio financeiro para a Casa do Estudante Universitário, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, visando auxílio financeiro para o Asilo São Vicente de Paula na Vila Rio Grande, Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para o Asilo São Vicente de Paula, na Vila Rio Grande, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Diretor Geral da EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes, pela dinamização das vendas de filmes brasileiros no exterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A., encarecendo seja estabelecido linha de transporte de passageiros, com trens diários, entre Curitiba, Apucarana, Londrina e Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo de opinião assinado pelo Senhor Deputado requerente, que analisa o atual momento político-econômico da nação, publicado nos principais jornais do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, visando a inclusão no convênio firmado entre aquela Secretaria e a FUNABEM, do Município de Paranavaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da PORTOBRÁS, visando a ampliação dos Portos de Paranguá e Antonina, além da construção de novos silos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a construção de dois quebra-molas (lombadas) na altura do trevo de acesso ao Município de Sarandi. **Em discussão. Em votação.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, conheço bem o estilo de Vossa Excelência ao presidir os trabalhos da Casa, ao qual nada oponho, apenas queria que Vossa Excelência, quando chegasse a oportunidade de apreciar o requerimento do Deputado Paulino José Delazeri, que procura restabelecer o número de componentes da CPI, do Porto de Paranaguá, concedesse-me a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Atendido.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de um contorno rodoviário, na BR- 376, altura do Km. 415, no Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expe-

diante, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente no Município de Santa Fé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Flórida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Ourizona. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente, no Município de Presidente Castelo Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Itambé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos fi-

nanceiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Marialva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Astorga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente no Município de Munhoz de Mello. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Paçandu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Mandaguari. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente no Município de Ivatuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Floresta.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Mandaguçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente no Município de Iguaraçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros destinados ao auxílio do menor carente no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, encarecendo um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a FUNABEM, visando o repasse de recursos financeiros, destinados ao auxílio do menor carente no Município de São Jorge do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando que seja denominado "GRÁFICA ISAAC SENDER", ao parque gráfico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. À Comissão Executiva para anali-

sar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Prefeito Municipal de Sarandi e Presidente do Rotary Club do mesmo Município, pela realização da "1.<sup>a</sup> Festa do Porco no Rolete", realizada no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a efetuação de venda de casas do DER aos funcionários lotados neste órgão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a complementação do trecho ferroviário entre os Municípios de Cianorte e Guaíra, ficando desta forma completa a ferrovia denominada "Central do Paraná", ligando o Município de Guaíra até o Porto de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Lindolfo Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Paranavaí, encarecendo para que o mesmo seja informado a respeito da verba aprovada pelo Ministério de Educação, destinada à Faculdade Municipal do Município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado, encarecendo a implantação de um posto avançado de atendimento da Polícia Federal, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de estradas ligando o Município de Flórida ao Distrito de Ângulo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem dos 36.<sup>o</sup> aniversário de fundação da Rádio Cultura do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica entre os

Municípios de Maringá e Astorga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma rodovia ligando os Municípios de Terra Boa e Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 1.º aniversário do periódico "Caderno do Empresário", revista paranaense que reúne assuntos políticos, econômicos e empresariais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Diretor do Arquivo Público do Estado, pela prontidão com que se dispôs a resolver os desperdícios que estavam se verificando no mesmo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a anulação do Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério que alterou de sete para treze o número de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que está trabalhando na apuração das denúncias de contrabando no Porto do Município de Paranaguá e na fronteira com o Paraguai. Em discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Inicialmente, esta CPI estava prevista para ser integrada por treze membros, posteriormente não entendi o porquê reduziu-se o número de membros para sete, privando a representação do Partido Trabalhista Brasileiro com duas cadeiras nesta Casa, de participar da mesma.

Neste sentido, apresentei requerimento à consideração da Casa, que compreendeu as razões. Se um Partido tem representação na Casa, é justo que ele acompanhe, através de seus representantes, uma Comissão de Investigações tão importante como esta CPI do Porto de Paranaguá.

Agora, novamente, o nobre Deputado Paulino José Delazeri, requer que seja restabelecido o número anterior de sete, sob alegação e - a imprensa corroborou-a - de que com treze membros a Comissão, não funciona. Ora, o argumento é infatilíssimo, Senhor Presidente, porque a prevalecer então, não funcionaria este Legislativo. Ora, já que ele conta com cinqüenta e quatro Deputados, vamos reduzi-lo para sete Deputados, com a mesma argumentação.

Acho, Senhor Presidente, que cumpri-

com o meu dever. O meu dever de Parlamentar do Partido Trabalhista Brasileiro. A casa compreendeu as razões e faço um apelo agora, para que esse requerimento seja rejeitado. Se não o for, eu aceito a decisão da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação, Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conserva-se como estão. APROVADO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem)- Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem)- Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, foi requerido chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1.º Secretário, procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (José Afonso Júnior). (Procede à leitura da chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência anunciasse o que se está votando para que os Parlamentares tenham conhecimento da forma de votar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência quer saber a forma de votar ou ...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não. Estou perguntando o que pede o requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência acha que já sabe, não é...?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, estou ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em todo o caso a Mesa vai atender a solicitação de Vossa Excelência.

"Solicita a anulação do requerimento aprovado no dia 09 de junho do corrente ano, que alterou o número dos membros de sete para treze da CPI que apura o contrabando no Porto de Paranaguá e fronteira com o Paraguai".

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento na verificação de votação queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Rejeitado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem razão. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a instauração de uma Auditoria Geral Interna em todos os Órgãos da Administração do Estado. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja encaminhado ao Movimento de criação do Estado do Iguaçu. Moção de Apoio à criação do Estado do Iguaçu. Prejudicado pela aprovação de requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 299/86, 06/87, 15/87, 16/87, 23/87, 38/87, 41/87, 65/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 91/87, 106/87 e do Projeto de Resolução n. 38/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 75/87, 73/87

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n. 18/87, 19/87, 20/87, 21/87, 22/87, 23/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 239/86 e 278/86

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução de n. 24/87 à 26/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR

DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR,

EM SESSÃO DO DIA 23 DE JUNHO DE 1987

#### "A ECONOMIA E OS RUMOS"

Lindolfo Júnior

Tentar explicar a situação econômica brasileira, é, sem dúvida, tarefa das mais difíceis, mesmo porque as autoridades econômicas, que dispõem de dados e números recentes, não têm conseguido. Em termos de economia, os fatos têm-se sucedido no Brasil de formas tão variadas e complexas que desmentem quaisquer teorias que busquem explicá-los. Por isso, mesmo correndo o risco de algum exagero, é melhor comentar a situação econômica, do que tentar explicá-la racionalmente. É certo, no entanto, que a atual conjuntura econômica nos leva a admitir que estamos vivendo um caos econômico sem precedentes e que as autoridades responsáveis buscam desesperadamente uma saída desse labirinto.

Também é sabido que a comunidade econômica internacional, como a nossa, não entende como o Brasil, um País tão rico em recursos naturais, com vastas áreas agricultáveis, e imenso potencial energético, não consegue superar essa situação de desequilíbrio e encontrar uma saída satisfatória para suas agrúrias econômicas, nem debelar o fantasma da inflação galopante, que corrói o salário do trabalhador, mina a poupança interna e aborda qualquer plano que se pretenda implementar. Se a comunidade externa, tão bem dotada de instrumento de análise econômica e com tantos "brasilianistas" atentos, não consegue chegar a uma conclusão, como poderemos nós atinar com a realidade?

Com o Plano Cruzado, por exemplo, cantado em prosa e verso, como a salvação da pátria, houve grande repressão dos preços que, quando liberados em novembro último, causaram grande insatisfação e desalento aos assalariados, que de uma hora para outra, viram seu poder de compra aniquilado. De novembro em diante, a inflação galopou desabaladamente, levando de roldão a esperança dos brasileiros e a cabeça do super-



ministro Funaro, juntamente com as cinzas do seu fracassado Plano Cruzado I, II, III, etc. Mas, como o País não pode parar, e para não parar ganhamos novo ministro e novo Plano, o Plano Bresser, baseado em dez pontos considerados fundamentais pelo Governo Sarney, para que o Brasil possa exorcizar a inflação e retomar o seu lugar de oitava potência econômica mundial.

O Plano Bresser, novesfora os elogios oficiais, foi recebido com um misto de ceticismo e espanto, porque, tendo já o povo sofrido as conseqüências do plano anterior, primeiro quer ver, para depois crer, o que é justo. O Plano Bresser é, por assim dizer, a última tacada do governo para conter os gastos públicos (até agora incontidos) e alcançar, com um mínimo de inflação, a estabilidade econômica desejada.

Mesmo sendo uma espécie de trégua, como quer o Presidente Sarney, o Plano Bresser merece ser analisado e, até prova em contrário, apoiado, mesmo porque é o único que temos presentemente. A princípio, esse plano parece trazer no seu bojo um componente fortemente recessivo, que poderá gerar situações incômodas para o governo, notadamente no setor social. O congelamento, por exemplo, seguramente ressuscitará o "ágio", mormente no setor de carnes, cujos estoques reguladores estão em baixa. As pequenas e médias empresas, que produzem para o mercado interno, poderão ter retração sensível nas vendas, porque o poder aquisitivo da classe assalariada, será afetado, não só pela reposição tardia das perdas, como pelo efeito "escadinha" dessa reposição. A substituição de bens, pelos consumidores, será inevitável, de modo que produtos hoje consumidos em larga escala sofrerão substituições por similares de menor custo, quando não ficarem nas prateleiras.

A agricultura, ao que tudo indica, não foi aquinhoadada com algo significativo, o que vale dizer que continuará defasada e terá acelerado o seu processo de descapitalização, com graves reflexos na produção de gêneros essenciais. A construção civil, também não contemplada no plano, e que

atualmente emprega grande contingente de mão-de-obra, perderá o embalo. Com a paralisação das obras do governo consideradas não prioritárias, grande número de empresas engajadas nesse tipo de serviço terá de desmobilizar seu pessoal e máquinas. Somados esses aspectos, mais a retração da indústria de produção doméstica, é de imaginar que o índice de desemprego crescerá, trazendo a inquietação social.

Os depósitos das cadernetas de poupança, não atingidos diretamente pelas medidas do Plano Bresser, indiretamente sofrerão suas conseqüências, pela queda vertiginosa das correções. Isso por certo induzirá o pequeno produtor, aquele que sempre se iludiu com altas correções, a sacar o dinheiro e gastá-lo até no supérfluo, abalando o sistema de poupança brasileiro. No que diz respeito ao congelamento de aluguéis, fica patente, pela segunda vez, que no Brasil não se pode ter mais de um imóvel (residencial/comercial), porque o governo, numa imperdoável intromissão, retira do proprietário o seu inalienável direito de decidir a quem e por quanto quer alugar o seu imóvel. É o governo transferindo para o particular, obrigação de suportar, com os aluguéis congelados, o ônus do déficit habitacional do País, ao invés de tentar resolvê-lo.

Por outro lado, é de imaginar que o Plano Bresser, tenha sido feito mais para atender aos reclamos da comunidade econômica internacional, que ultimamente vem azucrinando o presidente Sarney com vistas à revogação da moratória que lhes subtraiu preciosos dólares e colocou em "xeque" suas próprias instituições. Por isso, a nosso ver, o Plano Bresser, privilegiará as indústrias que produzem para a exportação, porque elas carregam dólares e estes são necessários para recompor nossas reservas, que não andam muito bem ultimamente.

Vamos ficar atentos e torcer para que o governo possa promover, em tempo hábil, as correções que se fizerem necessárias, para que o Plano Bresser não nos reconduza ao caos, do qual tentamos sair.